

director António Realinho

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

16 edição

outubro . novembro . dezembro

'10



Crianças Quem as tem?

conteúdos

01 DO DIRECTOR

Apesar das crises...

02 DO EDITOR

Remando para navegar caminhando para fazer caminho... devagar

03 ONDAS CURTAS EUROPEIAS

A PAC após 2013

Os portugueses e as respostas ao inquérito público da Comissão Europeia, sobre a política agrícola comum após 2013.

Primeiras indicações da Comissão Europeia sobre a futura PAC.

06 TEM A PALAVRA

Entrevista ao Presidente da Junta de Ladoeiro

08 GRANDE TEMA

Quem terá razão? Em casa onde não há crianças...

39 AO SABOR DA PENA

Entre ficar e sair

40 SENTIR A BEIRA

Ruptura demográfica, que consequências?

41 OS NOSSOS PARCEIROS

Universidades Rurais Europeias. APURE: 10ª sessão plenária. Saint-Joseph, ilha de Reunião, Oceano Índico (7-8-9 de Setembro de 2010)

46 ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

Carta de Nampula
(Crianças quem as tem?)

47 QUIOSQUE DA BIS

Bazar do fundo do baú 7ª edição
Saca sons e o concerto em Malta

CORRECÇÃO

Na edição 15 da Revista VIVER, página 25, a ADRACES transcreveu a seguinte citação de uma conversa sobre as tradições pascais em Idanha-a-Nova "Monsanto é uma terra riquíssima em tradições e que felizmente ainda se vão realizando ao longo dos anos. No entanto há uma tradição da Quaresma que se perdeu. Era a via-sacra cantada por um só homem, nas 14 estações de Monsanto. Ele cantava e o povo respondia. Ele morreu e a via-sacra acabou".

Desta citação, poderão os leitores ter entendido que a tradição da via-sacra em Monsanto acabou, contudo, a realidade é que a via-sacra de Monsanto se mantém, apesar de ter deixado de ser cantada por um só homem.

Aqui ficam as nossas desculpas, por este equívoco.



APESAR DAS CRISES...

António Realinho
[O Director]

O Natal está à porta. Com ou sem elas, o Natal acontece! Quem diz Natal, diz natividade, diz nascimento do menino, diz crianças. Sem crianças é que deixaria de haver Natal e nascimento de novas vidas. É por isso que tê-las, ou não, é tão importante!

CRIANÇAS - QUEM AS TEM?

Impôs-se-nos como “Grande Tema” para esta edição da VIVER, última do ano 2010.

Crianças, - quem as tem?

Cá na BIS, temos algumas, mas em número muito reduzido.

Cada vez somos menos a ter a capacidade de gerar, cada vez somos menos a decidir tê-las com futuros tão incertos, e, quanto menos as tivermos, mais incerto será o futuro da BIS.

Mais incerta será a sobrevivência das memórias da nossa passagem por estas terras, menor o valor de tudo aquilo que os nossos antepassados nos legaram e do que nós próprios por cá deixaremos.

As páginas que dedicamos a este “grande tema” albergam grande diversidade de opiniões. Procuramos contrapor evidências de situações extremas (BIS e BUBA), não por pensar que as carências de um lado se possam resolver com os “excessos” do outro, mas porque acreditamos que os seres vivos, todos os seres vivos, Homens e bichos, também são produto do contexto - ambiente em que nascem e se desenvolvem, por isso é tão importante ter em consideração as premissas antropológicas da situação concreta em que se encontram as populações e os territórios do nosso empenho, para, a partir delas, poder imaginar e adequar as melhores soluções possíveis.

Aqui, na VIVER, temos consciência da nossa experiência histórica como povo, consciência das crises que os nossos antepassados souberam ultrapassar, abrindo-se à compreensão de outros povos, bebendo de outras civilizações os saberes e conhecimentos que sempre estiveram na origem da nossa própria sobrevivência como Nação.

Mais uma vez parecem prenunciar-se tempos em que a nossa disponibilidade para participar do desenvolvimento dos outros poderá constituir a “jangada” salvadora dum naufrágio próprio, assustadoramente anunciado!

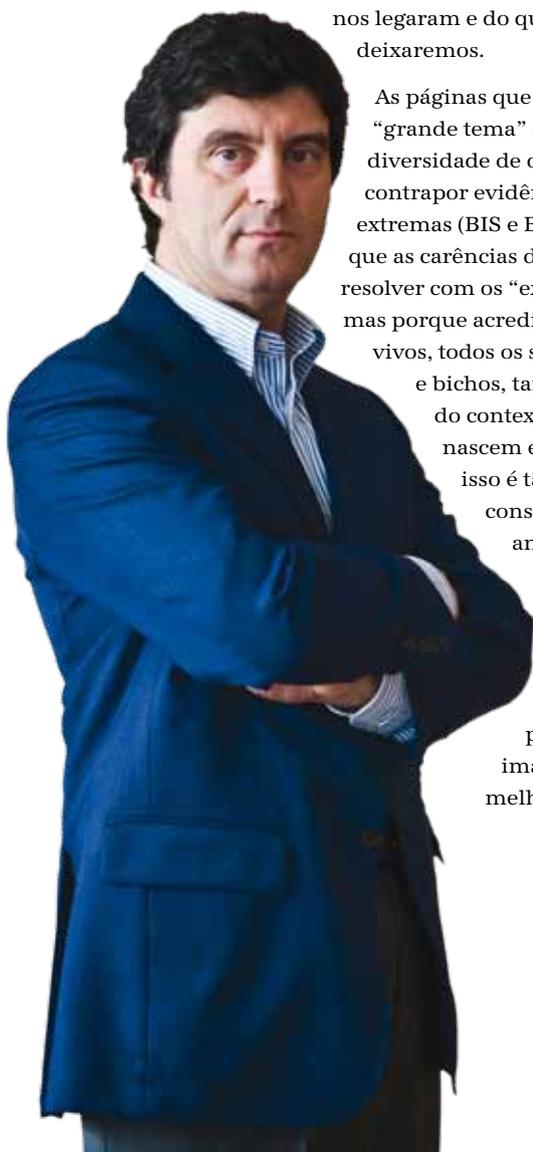
Por “Mares Navegados” teremos de voltar a navegar e a ser capazes de povoar o desconhecido, mas, desta vez, sem esquecer “as terras de dentro”, aquelas que nos moldam a alma.

Para vencer este novo desafio, «navegar é preciso!»

Obviamente, não temos nem conhecemos “a solução” para o crucial problema da nossa galopante erosão demográfica. Mas, nem por isso nos resignamos a aceitá-lo como insolúvel. Temos consciência da complexidade das causas que determinam a presente situação da natalidade no nosso território, em Portugal e nesta (talvez por isso) chamada de “Velha Europa”, mas acreditamos na força da vontade das pessoas se decididas a procurar e por em prática as acções necessárias à solução dos seus problemas. O nosso objectivo ao abordar este tema é, (como sempre) um apelo à reflexão colectiva, o lançar de um debate que possa contribuir para uma maior consciencialização da necessidade de dar futuro à BIS, preparando-nos para “novas viagens” e para aumentar significativamente o número de crianças que por cá nascem.

As Câmaras Municipais da BIS, a ADRACES, toda a equipa da VIVER e eu próprio, desejamos a todos os nossos leitores, a todos os habitantes da “BIS”, de Portugal e de todo o mundo:

*A paz de um Natal
que seja festiva celebração de vida
e entendimento entre todas as “tribos”
deste planeta.*



REMANDO PARA NAVEGAR, CAMINHANDO PARA FAZER CAMINHO... DEVAGAR.

Camilo Mortágua
[O Editor]

Aqui têm à vossa disposição e consideração mais um número da VIVER. Mais um episódio desta aventura de mais ou menos periodicamente vos oferecer assuntos em que pensar e, se possível, aplicar a vossa inteligência e capacidade de intervenção cívica em benefício da melhoria das condições materiais e qualitativas de vida das populações da BIS.

Por nós próprios podemos aprender a ser melhores e mais inteligentes, mas não devemos enjeitar aquilo que outros nos podem ensinar com as suas próprias experiências.

De nada nos servirá ficar sentados à porta de casa a lamentar a nossa sorte.

Como noutros tempos e em outras circunstâncias, se a nossa terra se torna demasiado pequena e madrastra, temos que pegar na trouxa e partir em busca de quem precise de nós e nos possa proporcionar as oportunidades de aplicar, em proveito mútuo, as nossas energias e saberes.

(Veja-se o caso daqueles que conseguiram lá fora criar as condições para ganhar posições de liderança na economia da BIS).

A BIS, com todos os seus meios humanos e os recursos materiais e patrimoniais existentes, tem tudo a ganhar se souber organizar-se para colocar ao serviço de outros territórios, especialmente onde se fale português, os seus conhecimentos específicos em domínios identificados como úteis aos territórios de acolhimento.

A VIVER... através da sua própria experiência, com o apoio das redes de cooperação às quais pertence e de novas estruturas a criar vocacionadas para a cooperação internacional, tudo fará para acompanhar e facilitar os empresários e empreendedores da BIS na “aventura” para um novo “salto” nos nossos destinos.

Dizem-nos que os tempos estão difíceis... também assim os sentimos, mas, habituados, vamos à luta e estranhamos que quem mais proclama as crises sejam os mesmos que para elas contribuíram directamente! e que mais difíceis as tornam pelo apavorado alarido. Alarido de quem, (por ter nascido em berço de ouro ou arranjado bons padrinhos), nunca teve que enfrentar dificuldades, e agora, temendo que a situação se descontrole e também os atinja, se mostram apavorados, tentando convencer-nos, (os que sempre em crise viveram), de que é do nosso interesse manter-lhes os privilégios.

Como diz o poeta: - “navegar é preciso”... não fiquemos parados... naveguemos... se o preferirem... na barca que pretende ser a VIVER.



“NAVEGAR É
PRECISO”

A PAC APÓS 2013

CONFERÊNCIA EUROPEIA

SOBRE O DEBATE PÚBLICO

LANÇADO PELO

COMISSÁRIO EUROPEU
DA AGRICULTURA E DO
DESENVOLVIMENTO RURAL,
SENHOR DACIAN CIOLOS

BRUXELAS, 19 E 20 DE JULHO 2010.

“DA QUAL SAÍRAM PERSPECTIVAS AGRÍCOLAS INTERESSANTES
E UM FUTURO RURAL MUITO INCERTO”.

.../ “Mas, um bom número de participantes, constatarem como nós que, nas conclusões da conferência nada foi dito sobre a PAC (post) 2014 em relação ao desenvolvimento rural integrado, que, contudo, tinha sido discutido e positivamente plebiscitado nos trabalhos do Comité de coordenação da rede europeia de desenvolvimento Rural, como resposta à consulta específica do comissário CIOLOS”/...

.../ “Sem políticas integradas de desenvolvimento rural, sem uma verdadeira abertura dirigida aos actores e sectores não agrícolas:

- os territórios rurais, que são esperados pólos de desenvolvimento, seriam de facto, excluídos dos objectivos da estratégia EU 2020, deixando de dar o seu decisivo contributo para essa mesma estratégia” /...

.../”as dinâmicas de desenvolvimento local (iniciadas mesmo para além das iniciativas LEADER) desapareceriam e com elas as práticas de cidadania activa que elas protagonizam. Esta nova realidade, impediria igualmente a capitalização de numerosas iniciativas e inovações em matéria de mobilização e participação dos habitantes e actores no desenvolvimento dos seus territórios, através de projectos de proximidade e da criação de novas formas de associativismo indispensáveis à valorização dos produtos dos próprios agricultores”

“Sem essa verdadeira abertura ao apoio dos sectores e actores rurais não agrícolas, um potencial de quase 50% dos europeus seria marginalizado desse projecto europeu. Foi este o sentido de todas as nossas interpelações na dita conferência.”

“A ausência de respostas leva-nos a colocar duas simples questões:

- para quando a definição dos contornos da política europeia de desenvolvimento rural?
- quem a aplicará, em que contexto, com que enquadramento?”

Gérard Peltre:

Presidente da REDE-Ruralité-Environnement-Developpement.

Nesta qualidade:

- Presidente do grupo consultivo de desenvolvimento rural da comissão europeia;
- Membro do comité de coordenação da rede europeia de desenvolvimento rural da U.E. e do subcomité LEADER;
- Vice-presidente e membro do C.A. da APURE - Associação para as universidades rurais europeias.

(Obs. Excertos de um artigo publicado no boletim da “REDE-Ruralité-Environnement-Developpement” de Setembro de 2010, da autoria de Gérard Peltre-Tradução livre de C.M.)

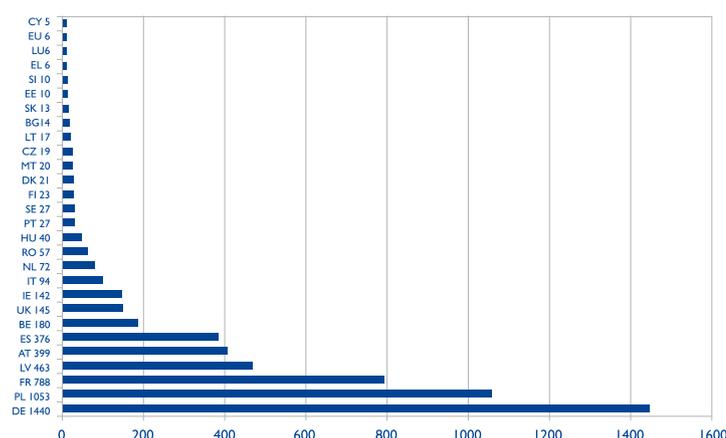
OS PORTUGUESES E AS RESPOSTAS AO INQUÉRITO PÚBLICO DA COMISSÃO EUROPEIA, SOBRE A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM APÓS 2013.

Os cidadãos de 28 países europeus responderam a um inquérito público lançado pela Comissão Europeia - Direcção para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, baseado em 4 perguntas:

- 1 - PORQUE É NECESSÁRIA UMA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM EUROPEIA?
- 2 - O QUE ESPERAM OS CIDADÃOS DA AGRICULTURA?
- 3 - PORQUÊ REFORMAR A PAC?
- 4 - DE QUE INSTRUMENTOS NECESSITA A PAC DO FUTURO?

Por mera curiosidade aqui vos deixamos um gráfico que nos informa sobre o número de respostas por País. Com 27 respostas dadas, os portugueses colocaram-se no exacto meio da tabela, ultrapassando países com mais do dobro da nossa população. É apenas um detalhe... mas, como quase sempre, os pequenos detalhes dão-nos interessantes pistas para a compreensão dos comportamentos dos grandes colectivos.

As Participações do público em geral estão publicadas na página web (por país de origem)



PRIMEIRAS INDICAÇÕES DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE A FUTURA PAC.

No passado dia 7 de Outubro circulou largamente entre jornalistas europeus e nos meios mais directamente interessados, um projecto de documento preparado pelos serviços do Comissário Europeu para a Agricultura, Dacian CIOLOS, expondo as grandes linhas sobre o futuro da Política Agrícola Comum.

Nesse texto de 13 páginas, cuja versão definitiva será oficialmente tornada pública no dia 17 de Novembro, esboçam-se os principais objectivos a atingir pela futura PAC.

Dada a importância do documento e a nossa impossibilidade de o incluir na íntegra na presente edição, recomendamos a todos os interessados a sua consulta em: www.euractiv.fr/premieres-indications-commission-future-pac-article ou, simplesmente, www.euractiv.fr.

Previsão de calendário:

- 17 de Novembro: primeira posição da Comissão Europeia sobre a PAC após 2013.
- Antes do fim do ano 2010: proposta dum pacote legislativo sobre Sector leiteiro.



PODIA SER A
HISTÓRIA DE
QUALQUER PESSOA

MAS ESTA É A

HISTÓRIA DE JOÃO FERREIRA...

João Ferreira nasceu em Soalheira há 82 anos. Muito cedo perdeu pai e mãe tendo sido criado por seus avós paternos. Rapaz vivaz e lutador, aprendeu o ofício de sapateiro e, tal como recomendava o avô, estudou tudo o que podia naqueles tempos.

Assim que acabou a escola dedicou-se ao ofício numa das oficinas de sapateiro em Soalheira e aos afazeres comuns da juventude. Trabalhava à peça para poder “largar” o trabalho sempre que necessário, por motivos de força maior: “Passava uma sopeira desconhecida em frente à oficina, que era como antigamente chamávamos as criadas de servir e, o João aventava com as botas: - eu tenho de saber quem é! Era assim. Depois daí começava...”. Pagou vinho em sete terras, mas foi na aldeia do Ninho do Açor que encontrou Piedade.

João e Piedade casaram muito jovens, como era comum no seu tempo. E juntos começaram a construir um projecto de vida tendo como grande aliada a cumplicidade que ainda hoje é visível entre ambos.

Aos 22 anos de idade, com a família a crescer, teve de partir para as Minas da Panasqueira em busca de vida para sustentar a sua família. Primeiro foi sozinho tendo a companhia de Piedade e dos seus primeiros filhos algum tempo depois.

A vida não era fácil para João que trabalhava arduamente na mina, por vezes vários turnos seguidos, completando ainda a sua jorna com o ofício de sapateiro. Porém, ainda dispunha de tempo para participar activamente na vida associativa da terra onde morava e ajudar “a mãe dos meus meninos”, como carinhosamente apelida a sua esposa, a criar os seus sete filhos.

As crianças para João têm um significado muito especial. Foi pelos filhos que se sacrificou toda a vida e reconhece que vale a pena. “Cheguei a trazer quatro a estudar ao mesmo tempo no Fundão...” - explica com ar inquieto. “O meu avô dizia assim: “dai as letras que puderdes aos vossos filhos, não vos importeis com casas nem fazendas”. Por isso na minha casa há todas as profissões: professores, engenheiros, contabilistas... todos os meus filhos estudaram...” e a inquietude inicial deixa-se evadir por um sorriso misto de glória e serenidade.

As lidas de casa e dos filhos ficavam por conta de Piedade que descia três vezes por dia à ribeira de S. Jorge para lavar a roupa. Sempre que lhe era possível, João ajudava no intento de apaziguar as árduas tarefas que a sua companheira enfrentava diariamente. “Quando saía às três chegava a casa, não a via nem aos pequeninos, sabia logo que estavam na ribeira. Eu ia, fazia o jantarinho para quando eles chegassem ter tudo pronto e era só comer...” “Ai, sabia tão bem!” - conclui Piedade com uma entoação que delata a satisfação vivida naqueles momentos.

As dificuldades daqueles tempos desvanecem-se quando recordam os momentos felizes que a família viveu. As emoções afloram e dissimulam-se relembrando momentos gratiosos.

“De vez em quando passávamos o fim-de-semana no rio Zêzere que era mesmo ali pertinho. Então tinha de levar comida para alimentar aquelas boquinhas todas. Era um garrafão de cinco litros de café com leite, hortaliças, carnes e cem paposecos! O padeiro perguntava-me: é para algum baptizado? E eu respondia-lhe: não senhor... é para um casamento!”

Ter filhos, hoje, parece-lhe uma tarefa mais difícil. As crianças são mais exigentes, os pais menos complacentes, são tempos diferentes. No entanto, afirma que se fosse agora o tempo dele continuaria a desejar ter uma família numerosa. “Naquele tempo fui um escravo, abdiquei de muita coisa mas criei-os. Se me casasse agora a minha vida era igual como naquele tempo. Nunca tive medo de governar fosse quem fosse”.

O tempo passa, os filhos casam, nascem os netos e ansiosamente são aguardados os bisnetos que teimavam em não aparecer. Com o intuito de abreviar o processo, João criou um incentivo à natalidade no seio da família. O neto que primeiro lhe apresentasse um bisneto recebia 500€. Passado algum tempo surge uma bisneta e a promessa foi cumprida. Para alegria do casal neste momento já contam com duas bisnetas.

Entre palavras, confessa-nos a sua paixão e dom como endireita e de prestação de cuidados de saúde. Segundo diz, ser endireita não se aprende, é um dom que nasce com a pessoa. Relata que quando o seu avô se deslocava a Lisboa de visita às suas filhas costumava deixá-lo na casa do tio Farinha que era endireita. Sempre atento aos movimentos do tio e à constante advertência de que um dia iria ocupar o seu lugar, certo dia João também começou a sentir “o bichinho lá dentro”. Apesar de contrariar a vontade de Piedade, deu uso ao seu dom ajudando quem o procurava. Também, durante vinte e dois anos foi membro da Comissão de Segurança no Trabalho nas Minas da Panasqueira prestando os primeiros socorros aos colegas vítimas de acidentes de trabalho na mina. Presentemente continua a facultar determinados cuidados de saúde aos familiares e a quem procura a sua ajuda. Sente-se gratificado quando os profissionais da saúde elogiam o seu trabalho.

Apesar das suas responsabilidades familiares serem menos exigentes, João continua a ter uma vida profissional e social preenchida. Trabalha como administrativo no Centro de Saúde de Ninho do Açor, é Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia, Vice-Presidente do Centro de Dia, Tesoureiro da Fábrica da Igreja, catequista e ministro da comunhão na aldeia de Ninho do Açor. Não esquecendo que também é endireita e presta serviços de primeiros cuidados.

Por entre sorrisos e troca de olhares, João e Piedade confessam que a sua vida daria para preencher muito mais que um par de páginas... daria para escrever um verdadeiro romance. ■



TEM A PALAVRA

Presidente da Junta de Ladoeiro
Gonçalo Afonso Costa, 33 anos,
[Freguesia de Ladoeiro]

Gonçalo Costa. Um jovem que se auto-apelida de “adepto do campo e da aldeia” vê no trabalho que desempenha como presidente da Junta de freguesia de Ladoeiro o seu contributo para o desenvolvimento e crescimento desta terra que adoptou como sua. Desde cedo se deixou envolver pelo bichinho do associativismo e dedicar-se à freguesia e suas gentes é o seu lema de vida.

“NESTE MOMENTO O LADOEIRO TEM TUDO AQUILO QUE É DESEJÁVEL PARA QUE AS PESSOAS SE FIXEM!”

1. Fale-nos um pouco sobre si e como surgiu a Presidência da Junta de Freguesia de Ladoeiro na sua vida.

Nasci em Coimbra, mas como os meus pais são naturais de Zebreira, quando eu tinha 8 anos de idade viemos para aí viver, onde concluí a escola primária.

Residi na Zebreira até aos 14 anos de idade, altura em que nos mudámos para o Ladoeiro. Fiz o 2º ciclo e secundário em Idanha-a-Nova e depois fui estudar Engenharia Civil, tendo durante esse período vivido em Lisboa, mas nunca me adaptei às grandes cidades, pelo que todos os fins-de-semana vinha para Idanha-a-Nova. Sou um adepto do campo e da aldeia!

Quando terminei o curso, concorri para a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, onde fiquei colocado como fiscal de obras. Foi nessa altura que fui convidado para vice-presidente da lista da Junta de Freguesia do Ladoeiro, tendo cumprido esse mandato como secretário.

Nestas últimas eleições fui convidado para ser o n.º 1 da lista. Felizmente ganhámos e agora procuramos fazer o nosso trabalho o melhor possível para desenvolver e ajudar a freguesia do Ladoeiro e o concelho de Idanha-a-Nova.

2. Retratar-nos a freguesia que dirige.

Felizmente, a freguesia do Ladoeiro é das maiores, aliás é mesmo a maior do concelho de Idanha-a-Nova, em termos de população. Mas como outras, também tem problemas, especialmente a falta de dinheiro, nomeadamente do Fundo de Financiamento das Freguesias, porque o Ladoeiro é uma freguesia com muitos habitantes, mas que recebe poucas verbas, pois estas são distribuídas em função da área.

O Ladoeiro tem ainda muita gente, nomeadamente muitos jovens. É mesmo a freguesia com maior número de jovens do concelho.

No Ladoeiro a escola primária ainda não fechou, uma vez que é também a escola com maior número de crianças do concelho. Aqui funcionam 4 turmas completas, uma de cada ano. Para além da escola temos também 2 jardins-de-infância.

3. É difícil gerir uma freguesia como o Ladoeiro?

Às vezes torna-se um pouco difícil gerir a freguesia face às nossas limitações monetárias. Temos de procurar constantemente estratégias para conseguir realizar aquilo a que nos propomos com menos dinheiro.

Temos conseguido fazer coisas importantes e agradáveis mas com pouco dinheiro, como a hidroginástica nas piscinas; os ateliês de artes plásticas, artes dramáticas e artes decorativas entre outras. Felizmente também podemos sempre contar com o apoio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que sabe que temos pouca área e muitos habitantes.

Enfim, verdadeiramente não é difícil, dá é algum trabalho! É necessário abdicar um pouco da vida pessoal em detrimento da freguesia. Eu sempre estive ligado ao associativismo, e por isso sempre estive habituado a trabalhar para a comunidade e não me queixo daquilo que escolhi. Este é um serviço que me dá muita satisfação pessoal, conseguir resolver os vários problemas da população e conseguir feitos para a freguesia.

4. A freguesia tem ainda algum associativismo. Que dinâmica traz à freguesia?

O Ladoeiro é uma freguesia bastante dinâmica e com bastante associativismo: temos a Mascal, que é uma instituição de apoio a idosos; a Associação Cultural e Desportiva de Ladoeiro, que tem uma equipa de futsal e que traz muita gente à freguesia para assistir aos jogos; o Clube Outdoor que é uma associação de jovens ligada à prática de actividades desportivas; o Rancho Folclórico que também divulga o nome do Ladoeiro lá fora; a Paróquia; o Clube de Caça, que apesar de ainda ser recente traz muita gente, pois os terrenos do Ladoeiro são muito apreciados para a prática cinegética.

Além destas associações que dinamizam a freguesia existe também um hotel e vários restaurantes que movimentam a freguesia e arredores e que dão apoio a outras actividades como a caça, por exemplo.

5. Na sua perspectiva de jovem, o que poderá ser feito para inverter a tendência do êxodo rural e consequentes baixas taxas de natalidade?

Vai ser muito complicado, não vou esconder. Neste momento o Ladoeiro tem tudo, ou quase tudo aquilo que é desejável para que as pessoas se fixem: temos centro cultural, piscinas, polidesportivo, posto médico, GNR, correios, multibanco, banco, hotel, Internet wireless gratuita, temos boas acessibilidades e estamos bem situados, relativamente perto quer da sede de concelho, quer de Castelo Branco... mas mesmo assim, parece que as pessoas querem mais...

6. “Parece que as pessoas querem mais...” O que é que acha que falta?

Falta o emprego. Na minha perspectiva a solução passa pela agricultura e pelo retomar dessa actividade através de produções, não só que sejam rentáveis, mas principalmente que dêem mão-de-obra.

O Ladoeiro tem uma história muito ligada à produção de tabaco, que é uma cultura com muita mão-de-obra. 70% da produção nacional de tabaco era proveniente do Ladoeiro. Além do tabaco o Ladoeiro tinha também uma fábrica de tomate em conserva e outra de leite, que empregava muita gente. Vinham pessoas do Alentejo e Ribatejo trabalhar para o Ladoeiro e muitos ficaram cá a viver.

É preciso é que os agricultores queiram, tenham força e que produzam algo. Terá de existir alguma cultura que seja produzida em força e que dê trabalho às pessoas.

7. O que espera daqui em diante para o Ladoeiro?

Espero um futuro risonho... Se voltar a haver agricultura em força no Ladoeiro. O sucesso da agricultura é o sucesso do Ladoeiro. Se os agricultores começarem novamente a produzir em força, em quantidade e qualidade haverá mais postos de trabalho e as pessoas ficarão no Ladoeiro e não precisarão de ir para outro lado. ■

Alguns dados sobre a freguesia de Ladoeiro

População Residente	1386
Proporção de Idosos	29,4%
Proporção de Jovens	12,5%
Área (2003)	63,11 Km ²
Distância da sede de concelho	13 Km
Fonte	INE, Censos 2001

GRANDE TEMA

QUEM TERÁ RAZÃO?

EM CASA ONDE NÃO HÁ CRIANÇAS...

SERÁ COMO NAQUELAS ONDE NÃO
HÁ PÃO, “EM QUE TODOS RALHAM E
NINGUÉM TEM RAZÃO?”

COMO PODERÃO VERIFICAR AO LER OS DIFERENTES TEXTOS QUE COMPÕEM AS PÁGINAS DEDICADAS A ESTE “GRANDE TEMA”, AS OPINIÕES E RAZÕES PARA TER OU NÃO TER CRIANÇAS SÃO MUITO DIVERSAS E ATÉ POR VEZES CONTRADITÓRIAS.

É compreensível. Todas as pessoas têm alguma coisa de poetas e, portanto, de fingidoras, (*fingindo que não é dor, a dor que deveras sentem*).

Podíamos ter perguntado de outra maneira, por exemplo: - Crianças... quem as quer ter? Seria então muito mais unânime a resposta? Estamos em querer que sim!

Ouvimos aquela resposta mencionada num dos textos que irão ler: - à pergunta, - Crianças... quem as tem? - Alguém respondeu - os ricos, porque os pobres como eu não podem ter filhos.

Porém, logo de seguida diz-se: “antigamente, mesmo quando as famílias eram numerosas, podia não haver grande fartura, mas o essencial nunca faltava. Hoje o ser humano está egoísta demais para poder partilhar seja o que for com o outro, quanto mais o pouco que já tem”.



DEPOIS, MOSTRAM-NOS OUTRA REALIDADE. UM MUNDO ONDE AOS NOSSOS OLHOS, SÓ HÁ POBRES COM MUITAS CRIANÇAS. UM MUNDO DE CRIANÇAS?

Hoje, já não é - “o que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade”

- Em relação a esta questão, já estamos bem para lá da lógica desse pensamento...

Hoje, devemos pensar que: - “o que se faz agora entre os adultos é que determina, no futuro, se continuará a haver ou não sociedade.

Se ao reflectir sobre este tema, alguém ganhar força e coragem para contribuir por pouco que seja para a sua solução... então estará mais que justificada a nossa decisão de o incluir na lista dos “GRANDES TEMAS” da VIVER. ■



FILHOS DA ABUNDÂNCIA

António Canoso, 46 anos

[Professor de História do ensino básico e secundário]

Amigo do saber e amante da História.

Lema de vida - aprender algo novo todos os dias.

Objectivo - aspirar à perfeição pela via da erudição.

Diz o povo que quem tem filhos tem cadilhos e quem não os tem também.

Constituiu para mim uma honra o convite que o Camilo Mortágua me endereçou para discorrer sobre a temática “*Crianças quem as tem?*”. “*Querer tê-las ou evitar de as ter, com medo do futuro delas ou do nosso com elas*”. Porque sou professor, lido diariamente com crianças e jovens, adoro o trabalho que desenvolvo e esforço-me por transmitir aos alunos o entusiasmo que em mim desperta o saber e a cultura. E pronto, aqui fica a minha declaração de interesses.

Na qualidade de professor, assisti e continuo a assistir ao percurso formativo de muitos jovens, com multifacetadas personalidades provenientes de contextos socioeconómicos diversos e estruturas familiares distintas, mas com dois traços comuns: encontram-se sempre dentro das mesmas faixas etárias e vivem numa região deprimida, em acentuada desertificação humana e acelerado envelhecimento populacional. A escola é quase sempre a primeira das suas vítimas.

Não significa isto que os jovens desta região sejam diferentes dos doutras províncias ou épocas. Os jovens são o que são, nem bons nem maus, apenas espelho reflector do meio em que estão inseridos e da época que lhes coube em sorte para viver. Todos iguais, todos diferentes, passe o slogan, parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais, tal como todos nós. Transportam sonhos e ilusões, alegrias e tristezas, havendo entre eles autênticos milagres em virtude do seu desempenho face a um contexto familiar donde provêm, completamente desestruturado. Felizmente que são a excepção, porque a regra são alunos cujos pais estão cem por cento ao seu serviço, embora nem sempre da forma mais sensata, embora no seu conceito estejam a fazer o melhor pelos filhos.

Durante milénios as crianças nasciam e cresciam ao sabor da natureza, numa grande proximidade com a vida animal, em grupos, na família alargada ou na rua, até à tenra idade de serem usadas como fonte de rendimento para o agregado familiar. Quanto mais elevada fosse a prol melhor, pois garantia a ampliação do rendimento familiar, assegurando em muitos casos o sustento da família aquando do falecimento do seu chefe, de doença grave e/ou incapacitante. Estatutos de criança, direitos ou cuidados específicos não faziam parte da preocupação dos estados nem das sociedades. Apenas o estatuto social conferia dignidade às meninas e meninos mais afortunados, já nascendo privilegiados e assim continuando vida fora. A imobilidade social era a regra - filho de nobre era nobre, logo possuindo à nascença um pacote de regalias inerentes à sua condição social. No pólo oposto, filho de plebeu não passava dessa condição com ele carregando o estigma por gerações a perder de vista, não conhecendo outra prerrogativa que não a do dever. Obrigação de trabalhar para sustentar os de topo da pirâmide, regra geral parasitários, e dever de obediência sem contestar. O ingresso na vida clerical era a excepção, todavia apenas para alguns, já de si favorecidos, normalmente filhos segundos da realeza ou da nobreza.

As revoluções liberais e industrial dos séculos XVIII e XIX, trouxeram consigo o progresso material e também o agravamento das condições de vida e exploração dos filhos da classe proletária, mas tiveram a virtude de colocar sectores sociais com alguma influência, caso dos intelectuais burgueses, a denunciar a brutalização de que eram vítimas nas fábricas e minas, clamar por justiça no tratamento desumano dessas crianças exploradas catorze a dezasseis horas. A filosofia iluminista, matriz política e cultural do ocidente, trouxe novos contributos para o estatuto da criança e paulatinamente foram-se mudando mentalidades e formando consciências sobre o papel que deveria

ser desempenhado pela criança. Os estados também criaram condições para que os direitos dos mais novos fossem sendo encarados como algo a legislar e a preservar. Ao desenvolvimento da instrução e à melhoria das condições sanitárias por parte dos estados liberais, não é alheio esse movimento, embora também por razões economicistas.

É contudo no pós segunda guerra mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Dezembro de 1948, que os direitos humanos assumem papel de relevo no contexto dos estados e das nações conduzindo à Declaração Universal dos Direitos da Criança, em Novembro de 1959. Esta legislação internacional coadjuvada pela sociedade do bem-estar que se formou no ocidente, nas décadas de cinquenta e sessenta, contribuiu de forma categórica para o reconhecimento do papel das crianças no mundo, buscando sempre o seu aperfeiçoamento e a melhoria do seu estatuto.

Estas reformas operaram transformações nas mentalidades, conduzindo, de forma sub-reptícia, à situação em que se encontram hoje, num “trono” do qual se foram apoderando até ao extremo que conhecemos e no qual nem sempre nos revemos.

A elas tudo é devido. Delas exigir é crime de lesa-majestade, não faltando técnicos e teóricos de latitudes diversas e especialidades variadas a lembrarem-nos permanentemente o quão frágil é a criança e a cartilha a seguir para não molestar o seu saudável crescimento, quais cavaleiros andantes em defesa da donzela escravizadora de quantos cruzam o seu caminho.

Décadas de teorias românticas formataram escolas e pais, invertendo valores e funções e conduzindo a uma amalgama geradora de tiranetes imberbes, deslumbrados pelos bens materiais que os rodeiam. Incapazes de assumirem uma atitude crítica - selectiva, porque também a não receberam do desígnio educativo da família, ambicionando sempre mais e mais numa escalada infinita, sabiamente aproveitada por campanhas publicitárias muitíssimo perversas em virtude do benefício retirado da ausência de sentido crítico, especialmente dos mais novos que não deixarão chantagear pais e avós para obterem o mais “valioso tesouro” impingido. A cereja em cima do bolo é quando o amigo já o tem.

Aturdidos e inseguros, hesitantes quanto ao certo e ao errado, pois o “ruído”, pais e familiares, entalados entre a pressão social e a dos petizes, lá vão dando o benefício da dúvida e tentando agradar evitando que os filhos se sintam rotulados pelos pares, coisa que eles sabiamente convertem em benefício próprio. Como se não bastasse, catedupas de ideólogos apresentam-se em cena, cada um com a teoria mais acertada traçando percursos de vida como se esta obedecesse a modelos padronizados qual produto de supermercado, conseguindo com isto apenas adensar ansiedades e incertezas, pois cada um é igual a si próprio e como tal deve ser tratado.



Paralelamente, a complexidade da vida moderna, cada vez mais exigente e acelerada, também não colabora. A *sociedade da pressa* está a corroer os alicerces éticos e relacionais, conduzindo ao egocentrismo e ao isolamento. Vivemos apressados, descansamos pouco, estamos sempre atrasados, perseguidos pelo relógio e pelo trabalho infinito. Andamos em permanente fuga para a frente, temos de cumprir objectivos cada vez mais ambiciosos e não conseguimos parar para reflectir. Pensamos ansiosamente no futuro esquecendo de viver o presente e, como alertou o Dalai Lama, “*morremos como se nunca tivéssemos vivido e vivemos como se nunca morrêssemos*”.

À luz destes factos, a tese de ter ou não filhos, para os que têm essa possibilidade pois infelizmente também muitos há que não a têm, integra-se numa temática mais vasta relacionada com azáfama quotidiana resultante da supracitada *sociedade da pressa* e da ambição. Entre as vítimas da sua acção, as crianças são um dos alvos por excelência. Frágeis e dependentes, sofrem horrores com as correrias dos pais e preferem os avós porque acompanham o seu passo, convertem-se em internados institucionais de colégios e infantários, voltam apressados aos lares, dormem de empreitada e amanhã tudo se repete. Quando maiores, terminado o horário lectivo, a casa vazia é refúgio que nem sempre utilizam da melhor maneira, usando e abusando do computador e dos jogos de consola com os efeitos negativos que a sua utilização exagerada acarreta.

“ENCONTRAMO-NOS, EFECTIVAMENTE, PERANTE DUAS VÍTIMAS. PAIS E FILHOS FORAM APANHADOS NO TURBILHÃO DESTE TEMPO ONDE O TER SUBSTITUIU O SER.”



Os pais, bombardeados por torrentes de informação acompanhada de escassa explicação, sem tempo para a processar correctamente, optam pela via mais fácil e pacificadora das suas consciências, que obviamente lhes pesam em virtude da falta de tempo para dedicar aos filhos. Consequentemente, inundam a malta de bens materiais ou dinheiro quando mais velhos, procurando com isso suprir as suas falhas e afagar o seu ego. Simultaneamente, estão a fazer um exercício de afirmação, perante si e os outros, exibindo a face do seu sucesso.

À escola tudo chega. Pais em desespero de causa, cada vez mais lavados em lágrimas, imbuídos de um espírito de revolta e impotência, afirmando categoricamente nada conseguem fazer dos filhos: *“professor, não sei mais o que lhe hei-de fazer. Dou-lhe tudo o que ele quer e é assim que ele me paga. Farto-me de trabalhar para que nada lhe falte e ele nem estuda nem trabalha e só me dá problemas”*.

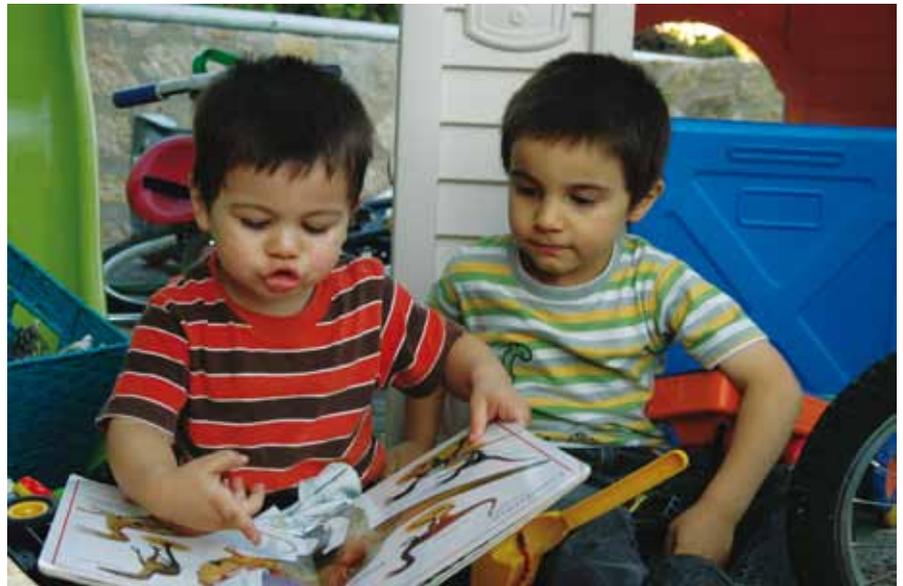
Encontramo-nos, efectivamente, perante duas vítimas. Pais e filhos foram apanhados no turbilhão deste tempo onde o ter substituiu o ser. As valias substituíram os valores, o longo prazo foi suprido pelo imediato, o dinheiro emergiu como panaceia de todos os males e lentamente

todos embarcámos numa ilusão da qual poucos são beneficiários. Submergimos na euforia consumista da sociedade materialista, de cariz efémero e enjeitamos as nossas raízes civilizacionais, destruindo em poucas décadas um valioso património cultural de milénios, fundamento agregador de gerações.

Circunscrevendo a existência humana ao ter sobre o ser, o Homem caiu num vazio interior, persistindo obsessivamente na angariação de proventos que cumpram os sonhos que a sociedade de consumo lhe vende como produto acabado da felicidade humana, esquecendo-se, todavia, que a boa ventura trazida exclusivamente pelo materialismo é fogo-fátuo de fugaz existência, logo surgindo outra necessidade, sentida ou induzida, e outra e mais outra, jamais atingindo a satisfação, pois um ser humano com uma existência baseada em valores materiais está forçado à permanente busca da satisfação, jamais a atingindo porque a inversão de valores, de fora para dentro, não passam de prosaicos calmantes, efémeros e aditivos, de um crescendo imparável.

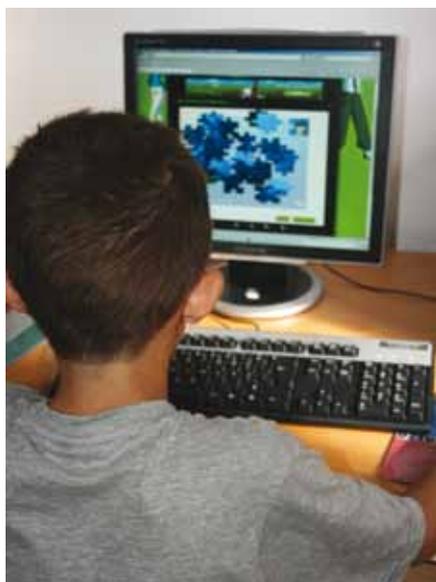
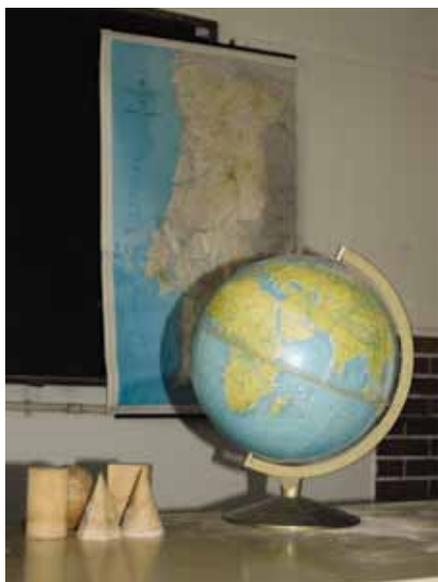


“RESSALVANDO AS DEVIDAS EXCEPÇÕES, JÁ RARAMENTE ALGUÉM PARTE PARA UMA GRAVIDEZ SEM PONDERAR UM SEM NÚMERO DE FACTORES, QUE PASSARÃO INEVITAVELMENTE PELA CAPACIDADE DE DAR À PROMESSA UMA VIDA CONDIGNA SEM OS PROGENITORES DEIXAREM DE USUFRUIR DAS REGALIAS E MORDOMIAS A QUE ESTÃO HABITUADOS.”



Enveredamos por uma sociedade venal e reduzimos tudo a dinheiro. Amor, amizade, fidelidade, estudos, emprego, saúde, tudo tem um preço. Desumanizámo-nos ou deixámo-nos desumanizar em proveito do mercado. Hipotecámos a nossa liberdade, penhorámos o nosso livre-arbítrio, autocensuramo-nos, renunciámos aos nossos princípios, convertemo-nos em fiéis subservientes a troco de comodidades diversas das quais conseguir algo sem esforço é o expoente máximo. Um emprego sem passar por concurso, uma consulta médica da especialidade, um cargo sem habilitação. De tudo um pouco, o que importa é conhecer a pessoa certa no sítio exacto. Ironizando, *vivemos na mais desenvolvida sociedade do conhecimento.*

Complexo contexto para pensar um filho. De forma seca e fria afirmo que um filho custa caro. Parece cruel, mas é a realidade que muitos recusam invocar temendo o politicamente incorrecto. Mas não há que ter receio. Felizmente que um filho passou a ser encarado como investimento e não fonte de rendimento. Ressalvando as devidas excepções, já raramente alguém parte para uma gravidez sem ponderar um sem número de factores, que passarão inevitavelmente pela capacidade de dar à promessa uma vida condigna sem os progenitores deixarem de usufruir das regalias e mordomias a que estão habituados. Convergem aqui dois tipos de receio, um relativo ao filho, outro relacionado com o nível de vida dos pretendentes a pais. Temem por eles e por si. Apreende-os o futuro das crianças e o deles com elas.



“PROJECTAMOS OS NOSSOS FANTASMAS PARA O FUTURO DOS NOSSOS FILHOS, PROJECTAMOS O AMANHÃ À IMAGEM E SEMELHANÇA DE HOJE E VIVEMOS ANTECIPADAMENTE AS DIFICULDADES E OS OBSTÁCULOS QUE A VIDA LHE VAI COLOCAR PELA FRENTE E TEMEMOS.”

A satisfação de gerar e criar um filho já não basta por si e em si. Múltiplos factores são considerados e muitos considerandos são tecidos. Projectamos os nossos fantasmas para o futuro dos nossos filhos, projectamos o amanhã à imagem e semelhança de hoje e vivemos antecipadamente as dificuldades e os obstáculos que a vida lhes vai colocar pela frente e tememos. Recusamos que eles passem pelas mesmas dificuldades, problemas, chatices, aborrecimentos... pelos quais já passámos e receamos passar mais e pior. Queremos protegê-los de todas as ameaças que nos parecem cada vez mais e exponencialmente graves. Antigamente não havia nada disto, era tudo muito mais calmo e seguro, o futuro planeava-se cedo e tinha-se o emprego para a vida que decorria sem sobressaltos. Delineamos um destino sombrio onde não há futuro, como se a nossa geração fosse a última com capacidade para se governar. Ainda por cima estão sempre a dizer-nos que as gerações futuras terão de viver com menos que as actuais.

E daí? - perguntamos nós. Não tem a raça humana milénios de existência e não soube sempre adaptar-se às circunstâncias e sobreviver? Não é o ser humano um animal de hábitos? E os nossos antepassados que geraram filhos em tempos de guerra? Que futuro o presente lhes prognosticava? E os que tendo nascido em períodos de prosperidade, sob os auspícios de um futuro radiante e acabaram mortos em campos de batalha vítimas de guerras preci-

“NO ENTANTO, O MATERIALISMO EXISTENCIAL DA AURORA DO SÉCULO XXI REDUZ O ESPAÇO DE MANOBRA AO LIVRE-ARBÍTRIO.”



pitadas pela geração dos pais? Quem de entre nós consegue antever o futuro? Com a celeridade com que tudo muda não será algo irracional da nossa parte projectar o presente num futuro sem esperança só porque os tempos de hoje se apresentam voláteis?

Voltamos à vaca fria. Conforto, qualidade de vida, carreira profissional, mobilidade, absorção laboral, extensas horas de deslocações, cansaço, stress, precariedade profissional, isolamento urbano, escassez de tempo para nós e para os outros são o pai-nosso de cada dia desta sociedade selvaticamente materialista. Não espanta, portanto, que os tormentos presentes se transformem em assombros futuros. Quem não duvida? Qual o destemido que encara o futuro com optimismo? Não duvidemos porque eles existem e são mais do que imaginamos.

No entanto, o materialismo existencial da aurora do século XXI reduz o espaço de manobra ao livre-arbítrio. Como modificar mentalidades enquadradas pela cultura televisiva do futebol (e eu gosto de futebol), da novela e de outro lixo que depositam em nossas casas sem pedir licença, adormecendo-lhes o cérebro, ajudando-as a esquecer a dura realidade, mas não as formando e consequentemente não lhes dando massa crítica? Manipuladas e acrílicas, ofuscadas pela espuma dos dias, como persuadi-las a abdicarem parcialmente dos

seus prazeres materiais em prol de outros não mensuráveis, porém bastante gratificantes? Como explicar-lhes que renunciar a férias em paraísos tropicais com promessas de regeneração física e psicológica que logo desaparecem ao primeiro dia de trabalho, saídas à noite e fins-de-semana retemperadores, roupa de marca e automóveis de fazer inveja ao mais pintado, pensar menos na carreira em troca de mais tempo livre, nem que isso implique ganhar um pouco menos, é seguramente compensatório?

Quem sabe se o princípio do fim dos receios não tenha de começar em nós, na nossa mudança de atitude perante a vida, nas escolhas que fazemos, no tempo que dedicamos a nós e aos que nos rodeiam. José Saramago escreveu um dia que *“no nosso tempo chega-se mais depressa à lua que ao próximo”*.

As angústias, as ansiedades, as aflições, os tormentos e as depressões desta época, bem como a sua projecção futura são somente culpa nossa. Andamos extenuados e vislumbramos um futuro negro. Só que nos recusamos a admitir o quão bem lúgubre é o nosso presente e que a culpa é apenas e exclusivamente nossa, porque voluntariamente nos escravizamos em nome de um chavão, muito usado e pouco reflectido, que dá pela designação de *qualidade de vida*. Onde é que está essa qualidade? No nosso modo de existência, baseado no tal querer ter, seguramente que não. E naquele que damos aos nossos filhos também não.

Inundando-os de roupas e objectos à velocidade dos seus desejos e determinações, sob pena de os traumatizarmos, perturbando com isso a sua saudável formação psíquica, pois o peso da nossa consciência leva-nos à sublimação.

Ora, trata-se da atitude mais errada. Ao invés de precavermos um desenvolvimento saudável, conforme ambicionamos, estamos a criar *“monstros”* que um dia nos vão devorar. Mimados e egoístas, tornam-se adolescentes e jovens inábeis e chantagistas, num crescendo de imposições que desesperam os pais e os deixam numa situação de beco sem saída. Alguns tornam-se agressivos desancando os progenitores para lhes extirpar dinheiro. Não reconhecem limites, não sabem o significado de expressões como saber esperar, espírito de sacrifício, esforço, trabalho, empenho, dedicação, disciplina... São cábulas na escola e egocêntricos todos os dias.

A questão que se impõe é só uma. Valeu a pena todo o esforço e canseira dos pais para tudo darem aos filhos? Os que viveram a experiência são unânimes na resposta. Chegou o tempo da mudança. Vamos mudar para que os nossos filhos também mudem e com isso o futuro deles e o nosso. Vamos dar-lhes tudo o que lhes possibilite construir um destino melhor. Dedicamos-lhes o amor firme. Inculcamos neles regras e valores, quais marcos delimitadores dos seus trajectos rumo ao futuro. Apetrechados destas sólidas ferramentas não receemos o futuro deles, nem o nosso com eles. O poeta clássico Hesíodo escreveu *“Má é a fama, bom o proveito. Muitos têm fama de serem bons sem nunca terem sido experimentados”*. Sigamos o exemplo do mestre. Façamos de cada dia, nosso e dos nossos filhos, um dia proveitoso, um dia que acrescente algo mais ao nosso saber e ao deles, num processo de contínuo aperfeiçoamento.

Ainda vamos a tempo de travar esta fuga em frente, de contrariar a voragem dos dias, de sucumbir ao apelo consumista, de deixar que condicionem a nossa liberdade e o nosso livre-arbítrio. Vamos promover em nós e nos nossos filhos uma cultura baseada no esforço, no trabalho, no empenho, na dedicação, no sacrifício, na disciplina... Estou-me a repetir propositadamente. Mudemos os referenciais. Troquemos de heróis. Passemos a admirar a vida dos que com esforço e persistência foram construindo a sua carreira e deixaram um legado. Menos sucesso fácil, menos Cristianos Ronaldos (apesar da admiração que por ele tenho) e estrelas de novela ou de revista cor-de-rosa. Mais gente de ciência e cultura. Menos futilidade. Mais empenho nos estudos. Ensinemos os nossos filhos a tomarem como exemplo os colegas estudiosos e trabalhadores que tiram boas notas e não a fazer deles o alvo de chacota da turma, como acontece actualmente. Sejamos persistentes porque a tarefa é árdua e a concorrência é feroz. Sigamos novamente o exemplo do mestre da Antiguidade, Hesíodo: *“Se pouco sobre um pouco puseres e repetidamente fizeres, logo grande ficará.”*

Paremos para meditar no prejuízo que estamos a infligir a nós e aos nossos, substituindo virtudes por matéria que não passa de lixo após cumprir a efémera tarefa de mitigar a nossa insatisfação e, por conseguinte, nem sequer é uma atitude amiga do ambiente, esta sim verdadeiramente aniquiladora do porvir. ■



CRIANÇAS...

ÁFRICA AS TEM.

SE AS CRIANÇAS SÃO O FUTURO...
ÁFRICA, BERÇO DA HUMANIDADE
NA TERRA, ESTÁ PREPARADA PARA
CONTINUAR A ENCHER DE VIDA
ESTE PLANETA.



África... da lei da morte libertada, pela sua grande capacidade de gerar vida.

África, para mim simbolizada no micro cosmos de BUBA, lugar fetiche da “África toda” que revejo nos olhos dos meninos de BUBA com suas promessas cativantes e improváveis, naqueles olhos que nos enviam insondáveis mensagens de alta sinceridade, discretas e plenas de alegria por nos poderem oferecer a simplicidade da sua inspiração.

Ao pensar em crianças, e em quem as tem... apetece-me perguntar:

Quem terá razão?

Aqueles que de tanto pensar no futuro “delas” se servem disso como alibi para não as ter... ou os que as têm sem pensar?

Possivelmente, o egoísmo humano ou a falta dele estarão na origem das decisões de uns e de outros...

Para o “Grande Tema” desta edição, aqui vos deixo um outro olhar sobre, “ter ou não ter” crianças, e o prazer, a felicidade e o sofrimento de as ver enfrentar o futuro.

EM BUBA, (GUINÉ BISSAU) A ÁFRICA TODA.

O rio grande de Buba amanhece transpirando dos grandes calores da véspera.

A evaporação dos seus fluidos gera véus de rendilhadas brumas nas linhas do horizonte.

Maré vai maré vem, o rio grande de Buba passeia-se entre torres vegetais de altíssimo porte, espreitado por pássaros coloridos e animais de muitas eras, parecendo arrastar-se em letargias sonolentas e voluptuosas bem reveladoras da sua disfarçada condição de género, sim... porque o rio grande de Buba, afinal, é a ria grande de Buba, feminina e misteriosa, acolhedora e incerta, nada doce, mas autenticamente africana de ventre fértil em peixes muito apreciados.





Pelas suas imensas margens, ao alvorecer da madrugada, os vapores da sua transpiração geram paisagens de mistério, decoradas de novelos de névoas húmidas e refulgentes, onde esvoaçam insectos de luz, efémeros pirilampus da noite que se esvai no prenúncio de um novo dia luminoso, ardente, generoso dador de vida e cor a todos os seres do colossal e sempre renovado formigueiro humano desta África em constante fermentação.

Amanhece nas margens do Rio Grande de Buba. Cansado do abafo do meu quarto, adianto-me ao amanhecer e vou ao encontro das frescas brisas da madrugada, nesta luz difusa de envolvente humidade, onde mal se distingue a separação entre as águas e as margens, julgo-me, por momentos, nas paisagens míticas de Avalon. Enterro os pés no lodo, fico temendo efeitos desconhecidos e, qual planta que ali tivesse ganho raízes, vejo reflectidas nas águas que me rodeiam e deslizam ao sabor da maré vazante, milhões de estrelas brilhantes, transformando o Rio no Céu estrelado de BUBA... estrelas que, observadas mais de perto, são torrentes de olhos brancos e negros dos meninos de BUBA.



“...ESTRELAS QUE,
OBSERVADAS MAIS DE PERTO,
SÃO TORRENTES DE OLHOS
BRANCOS E NEGROS DOS
MENINOS DE BUBA.”

Olhos que mais parecem luas negras, brilhando em oceanos de brancura. Olhos grandes, olhos ímanes que te atraem irresistivelmente para as profundezas enigmáticas de indecifráveis mensagens... os olhos dos meninos de Buba iluminando o Rio enchem o meu sonho e endoidecem o meu espírito, ébrio de luz e de promessas, tropeço numa raiz aquática e tombo naquele rio de pérolas esbracejando freneticamente para agarrar aquelas estrelas fugazes, belas e imateriais desse meu sonho matinal.

De repente, talvez obedecendo a uma vontade superior, ou em resposta a um sinal por mim ignorado, qual exército disciplinado, aquela multidão de olhos/estrelas transformam-se em libélulas de asas brancas descolando das águas em direcção ao Sol. Com elas levam o meu sonho, voando, voando, por ténues claridades e densas folhagens até aos corpos dos olhos que iluminam o nosso voo. Até ao reencontro dos olhos com os corpos dos meninos de Buba, aterrando cada qual na sua casa e tabanca como se de pombos-correios se tratasse, no mágico momento em que, com o aparecimento da luz, os corpos recuperam seus olhos para iluminar a dura e sofrida simplicidade das suas vidas de meninos, mais filhos da natureza que dos homens.





OS MENINOS DE BUBA BROTAM DA TERRA!

“NASCEM” NA TERRA, LIMPAM-SE À TERRA, DESINFECTAM-SE COM TERRA, TRANSPIRAM COM A TERRA, AMAM A TERRA E SENTEM QUE SÃO FILHOS DA SUA FERTILIDADE.

Os meninos de Buba são “plantados” para garantir o futuro dos “plantadores” nos ventres das mulheres de Buba, como quem planta pé de arroz ou de cajueiro na bolanha.

O futuro das meninas de Buba é o de transformarem-se em mulheres “Bolanhas” capazes de garantir a reprodução da força de trabalho, cada vez mais feminino na ausência dos homens.

O futuro dos meninos de BUBA oferece dois caminhos: fugir para longe, sofrendo o castigo de terem de deixar de ser quem são; ou continuar a aceitar a função de geradores/alimentadores de bocas com grandes olhos que, se agarrados aos corpos e à tradição, nunca chegarão a ver coisa que seja capaz de lhes alimentar o sonho.

Os meninos de BUBA, da pequena e da grande Buba que é África, pelo passado, merecem um futuro diferente, com uma diferença moldada por eles, em abertura recíproca com o Mundo. Os meninos de BUBA, com os seus grandes e maravilhosos olhos, espreitam o desconhecido para poder evoluir respeitando a terra.



OS MENINOS DE BUBA SÃO OLHOS...

olhos imensos, espantados pela dureza da vida, olhos que nos trespassam o corpo e provocam (em alguns de nós) agudas cólicas de má consciência e inundações de impotência à pressa justificadas...

Os meninos de Buba são olhos, só olhos, olhos como eclipses lunares, luas pretas em fundos imaculados de brancura. Olhos âncoras que nos prendem às profundezas dos seus sonhos, aos abismos da inocência, às promessas candidas dos seus pecados.

Os meninos da “ÁFRICA TODA”, são aos milhões, efêmeros como térmitas voadoras após as primeiras chuvas, saltitantes, belos, alegres, fortes, famintos, esqueléticos, observadores, trabalhadores precoces, curiosos e prontos para voar. Entretanto... juntam penas para construir suas asas.■



“OS MENINOS DE BUBA SÃO OLHOS,
SÓ OLHOS, OLHOS COMO ECLIPSES
LUNARES, LUAS PRETAS EM FUNDOS
IMACULADOS DE BRANCURA.”





PENSAR AS CRIANÇAS

NATALIDADE, ECONOMIA E CULTURA

Ana Paula Fitas

[Doutora em Ciências Sociais - Estudos
Portugueses - Cultura Portuguesa do
Século XX]

A CULTURA AFASTA-NOS DA NATUREZA
- EIS UM PRINCÍPIO SOBEJAMENTE
CONHECIDO PELO PENSAMENTO
FILOSÓFICO.

De facto, conhecimento, consciência e racionalidade reduzem o grau de aceitação incondicional dos comportamentos imediatistas e tornam sofisticadas as opções individuais e colectivas. Esta realidade é também determinante para a compreensão das realidades demográficas contemporâneas, designadamente no que se refere às actuais taxas de natalidade e fecundidade e, consequentemente, ao exercício dos direitos de maternidade e paternidade, concorrendo para a explicação do envelhecimento populacional e para o deficiente rejuvenescimento da nossa sociedade.

Hoje em dia, engravidar não é uma fatalidade incontornável e, regra geral, não é fruto do acaso. Engravidar é hoje uma opção e como tal, pode ou não ser exercida. Actualmente, Homens e Mulheres são Pais e Mães porque escolhem ser Pais e não porque aceitam o que *"a natureza lhes reservou"*. A sociedade contemporânea, ao permitir a emancipação das mulheres ao estatuto de cidadania de pleno direito, autonomizada em relação ao poder masculino, permitiu às mulheres disporem do seu corpo e, consequentemente, escolherem - ou não - engravidar. Neste contexto, ter filhos é, actualmente, resultado de uma escolha das mulheres e, cumulativamente, das famílias, ou seja, dos casais que discutem o problema e assumem decisões conjuntas sobre a matéria.

O poder das mulheres sobre o seu corpo e a liberdade individual como princípio social democrático, a par do direito ao trabalho e a uma vida profissional digna, autónoma e consequente, libertaram a mulher da maternidade como inevitabilidade e engrandeceram a gravidez e a natalidade enquanto escolha consciente, desejada e estruturada. Por isso, nas sociedades ocidentais dos nossos dias, nascem menos crianças e a população envelhece a um ritmo assustador que só não põe em causa a sobrevivência destes territórios porque, felizmente!, os movimentos migratórios os repovoam. Resta saber por quanto tempo mas, provavelmente para infelicidade dos que têm que partir das suas terras e culturas de origem!, enquanto houver mais pobreza, guerra e miséria noutros espaços do planeta do que no Ocidente.

Porque o cerne da questão subjacente à elevadíssima quebra da natalidade em Portugal e na Europa reside, como aliás praticamente tudo, no problema económico associado às representações sociais e aos valores com que vamos construindo as nossas personalidades e definindo as nossas escolhas... e se a pobreza eleva o número de imigrantes que entram no espaço europeu em busca de melhores condições de vida porque independentemente das “*nos-sas*” crises somos mais ricos que a África, a América do Sul, a Ásia, o Médio Oriente ou o Magrebe, a verdade é que é, também, o “*fantasma*” da pobreza que afasta da reprodução as práticas sócio-culturais de portuguesas e portugueses e, de todos os europeus que, justamente, pretendem continuar a assegurar o seu direito a uma vida digna, com qualidade e em que os direitos de satisfação e realização pessoal não sejam hipotecados com a responsabilidade acrescida que a existência de filhos significa. A talhe de foice e a propósito do contributo demográfico decorrente da imigração vale a pena, como nos recomenda a previsibilidade científica, atender a que, com o passar das décadas, assimilados os cidadãos de outras culturas pela cultura que os acolhe, iremos também assistir a uma diminuição da taxa de fecundidade desta população agora renovável... mas esse é um problema de longo prazo que, nos próximos anos se nos não colocará, dada a lentidão dos processos de assimilação, integração, inclusão e adaptação cultural dos que, praticando por ora comportamentos mais próximos da natureza em que se inscrevem as práticas tradicionais, são já parte integrante da população europeia.

A verdade é que, entretanto, o envelhecimento populacional é o drama da revitalização social do mundo ocidental e consequentemente da nossa capacidade de produzir riqueza, aumentar a competitividade e de crescermos em termos económicos. Estamos, se assim podemos dizer, perante “*uma pescadinha de rabo na boca*”... porque são as dificuldades económicas e a consciência social que a escolarização e a sociedade da informação globalizada produzem, que configuram as decisões individuais conducentes à opção de retardar a gravidez e ter menor número de filhos (razões que determinam a baixa taxa de fecundidade nacional e europeia) de homens e mulheres que têm como referenciais e ideais de vida, um nível socioeconómico capaz de lhes garantir a autonomia e a satisfação.



Os valores ocidentais contemporâneos assentam no desejo de segurança e na consciência dos direitos das pessoas e das crianças enquanto indivíduos e implicam a rejeição da insegurança, da incerteza, do sofrimento, do abandono, da pobreza e da mortalidade. Por isso, a decisão de exercer os direitos de maternidade/paternidade é adiada no tempo enquanto se gerem expectativas de um mundo melhor, onde as dificuldades económicas estejam reduzidas ao ponto da barreira do “*medo do futuro*” ser ultrapassada.

A dimensão psico-sociológica subjacente à problemática da natalidade em Portugal e no Ocidente é multifactorial e os dois parâmetros entre os quais deve ser equacionada são a economia e a cultura. Valorizar a maternidade/paternidade é, por isso, fundamental entre as novas gerações que são obsessivamente educadas de forma a garantirem a segurança mas, condição necessária e suficiente para a inversão do contínuo decréscimo do número de nascimentos é o desenvolvimento de uma política que, por um lado, seja efectivamente incentivadora da natalidade e capaz de garantir às mulheres e às famílias a sustentabilidade alimentar, da saúde e da educação das crianças e que, por outro lado, assegure as condições de uma substantiva conciliação profissional, familiar e pessoal - medidas que implicam estruturais alterações no planeamento político do desenvolvimento social e no mundo laboral mas, sem as quais não será previsível uma alteração da realidade actual.

Cientes destas realidades, cabe a políticos e cidadãos exigir mudanças para uma sociedade mais saudável, capaz de sobreviver e promover a sua própria sustentabilidade... porque, num país e numa Europa onde o desemprego é a mais marcante realidade do mundo laboral e da realidade vivencial da população em idade activa, não se afigura fácil esta mudança indispensável nos comportamentos sociais da população... talvez por isso, este ano, 2010, o Prémio Nobel da Medicina tenha sido atribuído ao “*pai*” da fertilização “*in vitro*”! ■



FILIPA CARVALHO

“Chamo-me Filipa Carvalho, tenho 26 anos e neste momento desempenho funções de profissional de RVCC num Centro Novas Oportunidades.

Sou uma jovem cidadina e com fortes ligações à minha terra. Gosto de ler, ir ao cinema, viajar e partilhar esses momentos com as pessoas que mais amo, família e amigos.”

CRIANÇAS, QUEM AS TEM?

(...) GRANDE É A POESIA, A BONDADE
E AS DANÇAS... MAS O MELHOR DO
MUNDO SÃO AS CRIANÇAS, FLORES,
MÚSICA, O LUAR, E O SOL, QUE PEÇA SÓ
QUANDO, EM VEZ DE CRIAR, SECA. (...)

Fernando Pessoa

Já dizia Fernando Pessoa e diz o povo também, que o melhor do Mundo são as Crianças. Mas, se de facto isso é uma verdade, porque vivemos nós num país com cada vez mais velhos e com cada vez menos jovens? Qual a viabilidade de um país assim? Qualquer novo político responderia, certamente, que é de extrema necessidade uma política activa de natalidade para inverter a tendência das últimas décadas, a qual, teima em se manter, se nada se alterar... Mas como?

Um estudo realizado, pela Eurosondagem, aos portugueses, sobre aquelas que julgam ser as principais causas da baixa natalidade em Portugal, revela-nos, que os nossos cidadãos consideram a situação económica como a maior culpada pela mais baixa taxa de nascimentos de sempre em Portugal, sendo o segundo motivo apontado, a grande instabilidade no mercado de trabalho.

Certamente, muitos de nós, poderíamos, até pensar que, outras causas, tais como, a consequência do actual ritmo de vida, ou então, a obsessão dos pais pelo bem-estar material e pela educação dos filhos, ou ainda, o egoísmo e a ausência de uma política de habitação, poderiam ser as grandes razões apontadas para a descida da natalidade. Porém, para os portugueses estas são as variáveis menos consideradas. Para a maioria dos inquiridos, a melhor forma de inverter o envelhecimento da população passa por mais medidas de apoio directo à maternidade e à paternidade.

Claro que toda esta situação se acentua, quanto mais para o interior caminhamos, pois, se já começa a ser uma realidade da nossa população cidadina, emigrar em busca de melhores oportunidades e/ou valorização dos seus currículos, não se pode estranhar que os jovens adultos do interior, também eles, queiram (e)migrar para outras zonas que lhes confirmem melhores e maiores oportunidades, acabando, depois, por ficar e constituir família, no local que uma melhor conjuntura lhes proporcionou.

Num artigo publicado no anuário “Janus 2008”, Helena Rato, investigadora do Instituto Nacional de Administração, descreve da seguinte forma, o novo cenário da emigra-

ção nacional: “verifica-se uma tendência ao aumento da população emigrante com menos de 29 anos de idade, enquanto que o ritmo de emigração da população mais velha tende a manter-se constante; a taxa de crescimento da emigração permanente é superior à da emigração temporária; na emigração permanente, verifica-se uma quase paridade entre os dois sexos, enquanto que a emigração temporária permanece essencialmente masculina; a emigração de trabalhadores qualificados tende a crescer mais do que a dos trabalhadores não qualificados”.

Cabe a quem de direito, a meu ver, estimar e estimular o que de melhor temos, para, assim, os de cá, criarem raízes e obterem a estabilidade social e profissional, que confere, a cada família, o necessário para crescer. Só assim, as crianças podem começar a ser mais e a povoar o nosso Portugal, seja em que zona for.

Hoje, enquanto escrevia este texto, alguém me respondeu à questão que neste artigo se coloca da seguinte forma: “Crianças quem as tem? Os ricos! Porque os pobres como eu, não podem ter filhos!” Será esta analogia correcta? Pergunto-me. Sinceramente, tendo em vista a conjuntura política, social e económica que estamos a passar, começo, antes, a pensar que não são os pobres que têm muitos filhos. Eles ficam pobres sim, porque os têm! Antigamente, mesmo quando as famílias eram numerosas, podia não haver grande fartura, mas o essencial nunca faltava. Hoje, o ser humano está egoísta demais para partilhar seja o que for com o outro, quanto mais, o pouco que já tem.

E especificamente no caso da BIS, a situação é pior do que no resto do país? Há, de facto, menos crianças no Interior do que no Litoral?

Na minha opinião, há uma proporcionalidade directa bastante grande entre o êxodo rural/emigração externa e a diminuição da natalidade.

Segundo um estudo do Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social (ODES), a Beira Interior perde todos os anos 230 milhões de euros em riqueza que deixa de ser produzida pelos trabalhadores que ficam desempregados, os quais, conseqüentemente, optam, assim, pelo êxodo rural (saída da população do campo para as áreas urbanas) e emigração externa (especialmente França e Alemanha). Reflexo de tudo isto, passa então, inevitavelmente, pelo quase despovoamento de algumas aldeias da BIS que, não tendo povo, também não têm como ter novas crianças. Como se diz na gíria, é um pau de dois bicos...

É urgente mudar o presente para garantir o futuro. As crianças de hoje, serão os homens de amanhã... Lutemos pelos nossos direitos, vamos pôr em prática a nossa cidadania...

“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade.” (Karl Mannheim) ■



MARIA DE LURDES SANTOS

Natural de Idanha-a-Nova, licenciada em História, desde 1993, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova em Lisboa. exerce as funções de professora, desde 1995.

CRIANÇAS... EXISTEM, MAS CADA VEZ EM MENOR NÚMERO...

A realidade actual do nosso país leva-nos a debater temas como este que hoje me proponho abordar nestas linhas.

Crianças quem as tem?

Mas antes de chegar a conclusões ou respostas é necessário abordar ou debruçarmo-nos sobre toda uma conjuntura cuja evolução culmina nesta realidade.

Não é de agora que as zonas rurais têm sofrido de êxodo rural.

É prática corrente desde sempre e, a história prova-nos isso, que as pessoas abandonam as zonas do interior em direcção às grandes cidades.

Este facto prende-se essencialmente com aquilo que no velho oeste se chamava “A febre do ouro”. Aqui podemos chamar, ou denominar como “Em busca de oportunidades”.

Ao longo dos tempos e, em especial nos últimos 20 ou 30 anos, temos assistido a migrações do interior para o litoral.

Podemos assistir, hoje e cada vez mais, a uma desertificação, a uma diminuição da densidade populacional no interior.

Também podemos constatar através das estatísticas que a população está cada vez mais envelhecida.

O nosso país e, o resto do mundo, vive hoje e cada vez mais uma situação de insegurança.

JÁ NÃO EXISTEM EMPREGOS PARA A VIDA, O QUE HOJE É CERTO, AMANHÃ PODE NÃO SER E AS FAMÍLIAS PREFEREM NÃO ARRISCAR. TER MUITOS FILHOS IMPLICA UM COMPROMISSO PARA A VIDA E, VALE MAIS SER UM COMPROMISSO CONTROLADO. LOGO OPTA-SE POR TER MENOS FILHOS.

Por outro lado, o interior tem vindo a perder o atractivo que tinha, as pessoas querem cada vez mais as grandes cidades onde as oportunidades estão mais ao seu alcance.

Por outro lado e, do outro lado da equação está a diminuição do número de filhos. As famílias optam por ter menos filhos, de forma a poder proporcionar-lhes o melhor, uma vez que a situação actual em termos económicos não é a melhor.

Se até finais do século XIX eram as famílias das classes mais baixas que tinham o maior número de filhos, hoje em dia assistimos ao contrário.

Esta realidade prende-se com o facto de as famílias de classes mais altas possuírem mais meios para constituírem uma família maior.

Na beira interior sul, a realidade que nós vivemos hoje é em tudo semelhante à descrita até aqui. Existem cada vez menos crianças, uma vez que as famílias preferem radicar-se em zonas não rurais, visto que as condições de vida são outras. Por outro lado e, tudo isto funciona como um ciclo vicioso, as escolas tendo menos alunos começam a ter uma oferta formativa menor, logo os jovens têm que optar por outras realidades escolares.

Esta situação resulta num desenvolvimento local menor ou mais brando que com o passar dos tempos se vai acentuando, fazendo com que as zonas rurais fiquem estagnadas no tempo e no espaço.

Por vezes quando visitamos uma zona rural encontramos única e exclusivamente pessoas idosas, que preferem viver a sua reforma e velhice no sossego e na calma rural.

Falando com alguns jovens e crianças desta zona são peremptórios em afirmar que preferem viver na cidade, porque existem mais diversões e mais oportunidades de viver uma vida mais agitada ou, talvez com mais possibilidades.

As crianças quando questionadas se gostam de viver nesta zona, respondem que sim, mas como todos nós sabemos o mundo deles ainda se resume somente “às brincadeiras e aos amigos que possuem para as realizar”.

Mas posso afirmar que esta realidade se tem vindo a agravar e, que se torna preocupante, na medida em que o interior começa a perder o seu futuro “As crianças”.

Subsiste a questão: “... Crianças, quem as tem?...” ■



SORAIA ISABEL MARCELINO BARROCA

“Foi há dezanove anos atrás, no dia vinte e quatro de junho, que eu vi o primeiro raio de sol.

Nascida e residente em Castelo Branco, sou extremamente sociável e otimista, estudo para edificar o meu futuro, idolatro o homem do Renascimento, Leonardo da Vinci, e tenho uma paixão colossal por todo o tipo de arte.”

A FALTA DE CRIANÇAS NA BIS

Hoje é mais um dia típico de Setembro em que a chuva apareceu e mandou embora o sol radiante. Lá fora a correria de uma vida agitada e atarefada instalou-se na totalidade das pessoas.

E aqui me encontro eu em frente aos meus livros e cadernos a transbordar do cheiro a novo com uma vontade exuberante de os riscar, tal e qual como quando era criança...

E sim, falamos em crianças. Quando referido este termo a nossa imaginação eleva-nos logo para a fantasia.

Ser criança é pensar que o mundo é feito de sorrisos e brincadeiras, é ser uma fada cor-de-rosa, um índio ou um cowboy, é amor e inocência, é ser artista e pintar com todas as cores, é rir de um palhaço de nariz vermelho, é acreditar que tudo é possível, é fazer amigos antes de saber o nome deles, é ter o dia mais feliz, todos os dias.

Veridicamente todos nós estamos sempre à espera de ser entretidos, e as crianças não são diferentes. Veja, se eu não o conseguisse entreter em dois ou três parágrafos, você já não lia mais nada deste artigo. Se uma revista não tivesse as duas primeiras páginas com imagens ou notícias cativantes e apelativas, você fechava a revista. O mesmo acontece com as crianças. O infantário que frequentam, o pediatra que visitam ocasionalmente, o animal de estimação que os distrai, ou os amigos, os vizinhos, os brinquedos, os jogos, os rebuçados e os chupa-chupas, existem exclusivamente para os entreter.

E foi num dia em que andava a navegar pela Internet para me entreter que me deparei com uma frase de Nitiren Daishonin que dizia “Se o ensino é superior, a pessoa que o abraça é digna de respeito. Assim sendo, desprezar essa pessoa é o mesmo que desprezar o próprio ensino. Isto é comparável à atitude de censurar uma criança, cujo acto é ao mesmo tempo uma censura aos pais” e deixou-me a pensar...

São os pais quem têm um papel fundamental no desenvolvimento de cada criança, e são também eles os responsáveis pela sua sustentação.

E se falarmos em sustentar, esta é uma das tarefas mais complexas para qualquer pai nos dias de hoje.

Actualmente o custo de vida e os apoios sociais são a razão pela qual na BIS existem poucas e cada vez menos crianças, apesar de já diversas autarquias terem contribuído para o aumento da natalidade dessas zonas, e da entrada em vigor do Decreto de Lei n.º 308-A/2007, de 5 de Setembro, que estabelece novas medidas para incentivar à natalidade e reforçar a protecção social outorgada aos agregados familiares com um número de filhos mais extenso.

A falta de crianças na BIS contribui para o não desenvolvimento local, pois as crianças são a peça chave para o desenvolvimento de qualquer região e numa forma mais abrangente de um país. Se não existirem crianças qual será o futuro desse país?

Antigamente as famílias tinham mais filhos, e esse acontecimento devia-se a vários factores, salientando-se dois deles. O primeiro factor era a escassez de informação a nível da sexualidade. Antigamente a informação era pouca ou quase nenhuma. E os incidentes davam-se e o número de mães adolescentes era realmente elevado. Hoje em dia a informação é bastante, desde consultas de planeamento familiar, aos métodos contraceptivos que são distribuídos gratuitamente nos centros de saúde, ajudando desta forma a evitar situações de gravidezes indesejadas cuja consequência é a diminuição do número de mães adolescentes, o que dá um ponto positivo para o país por atenuar este facto, mas também um negativo porque diminui também os níveis de natalidade.

Outro dos factores era de que no passado as famílias utilizavam muita mão-de-obra na agricultura ou em qualquer

“ENQUANTO NAS ZONAS RURAIS COMO A BIS, A PAISAGEM ABUNDA DE ÁRVORES, E HORIZONTES DE NATUREZA, NAS GRANDES CIDADES A PAISAGEM ABUNDA DE ALCATRÃO E HORIZONTES DE PRÉDIOS.”

actividade do 1º sector da economia portuguesa. E para sobreviverem, essas famílias precisavam de produzir, logo necessitavam de muita mão-de-obra e nada melhor que pôr em prática o pensamento idolatrado da altura, que consistia em ter filhos. E quantos mais filhos existissem, mais mão-de-obra se albergava.

Mas o ponto de viragem deu-se devido à alteração dos valores sociais na BIS, o que influenciou o pensamento dos dias de hoje, que se resume à ideia de quantos mais filhos existem no seio de uma família, mais trabalho se alberga.

Os gastos aumentam, as preocupações aumentam, os problemas aumentam, quase tudo aumenta, apenas o tempo diminui. E aqui juntam-se dois factores, devido ao facto de existirem menos crianças levou a que várias escolas do nosso país fechassem, escolas essas que se concentram, na sua maioria, no interior do país. E por existirem escolas fechadas, automaticamente as crianças ainda existentes nesses concelhos são transferidas para as escolas mais próximas, o que vai roubar cada vez mais tempo aos progenitores dessas crianças e sobrecarregar o cansaço das mesmas.

Mesmo que na escola os programas sejam atraentes, mesmo que os livros estejam repletos de fotografias e desenhos, mesmo que a informação seja superficial e variada, mesmo que as aulas sejam realizadas com base em PowerPoints e que os professores sejam divertidos. Estudar fora implica levantar mais cedo, e chegar mais tarde a casa, que vai remontar para o aumento do cansaço destas crianças e que logo desmotiva à realização de qualquer exercício relevante para os estudos.

Imputando também o feito do nosso país ter dado entrada na União Europeia. Houve uma grande importância no crescimento económico do país, tendo deste modo, e indirectamente, ter sido imposto o abandono da exploração do primeiro sector da economia, este que abrangia as actividades rurais como a agricultura, a pecuária e as indústrias extractivas, sector este que se verificava sobejamente na BIS e noutras zonas do interior de Portugal.

E já que estou a inclinar-me para o crescimento do país, falo também no melhoramento das vias de comunicação entre

o interior e os grandes centros urbanos, acontecimento que veio facilitar e provocar o êxodo rural, que consiste na saída de pessoas das áreas rurais rumo às cidades em busca de melhores condições de vida. Este melhoramento das vias de comunicação acentuou o deslocamento da população que vivia no interior para as grandes cidades, quando o objectivo era precisamente o contrário, o que se pretendia era canalizar as pessoas do litoral para o interior.

Este fluxo migratório pode servir como base de influência para o desenvolvimento de qualquer criança. Enquanto nas zonas rurais como a BIS, a paisagem abunda de árvores e horizontes de natureza, nas grandes cidades a paisagem abunda de alcatrão e horizontes de prédios.

Se formos comparar uma criança natural de uma zona repleta de uma actividade diária pacata, o que não acontece nas grandes cidades, essa criança poderá ter uma capacidade de resolução de problemas de modo diferente ao de uma criança que viva num grande centro urbano em que a agitação prevalece no seu dia-a-dia. Uma criança que reside em zonas rurais poderá passar mais tempo a passear com os amigos, enquanto uma criança que reside em zonas de grande densidade populacional passa a maior parte do tempo agarrada às invenções tecnológicas. Factores que mais tarde influenciarão na maneira de ser, na saúde e no desenvolvimento mental de uma criança.

E já que evidenciei o termo de comparação das maneiras de ser e de pensar das crianças, vou contar um episódio comediante que me aconteceu o ano passado.

Era verão e estava num casamento, já na hora do café quando o filho de uma colega da minha mãe, com um ar sorridente me perguntou se podia ser sua namorada. Explicando depois o porquê da pergunta, pois os seus amigos todos tinham namoradas e ele não. Fiquei abismada com a situação e sorri. Mas pus-me a pensar... Antigamente as crianças na totalidade não pensavam nem agiam assim, num acontecimento destes as crianças estariam a jogar ao pião, ou a brincar às escondidas, o que actualmente é raro acontecer.

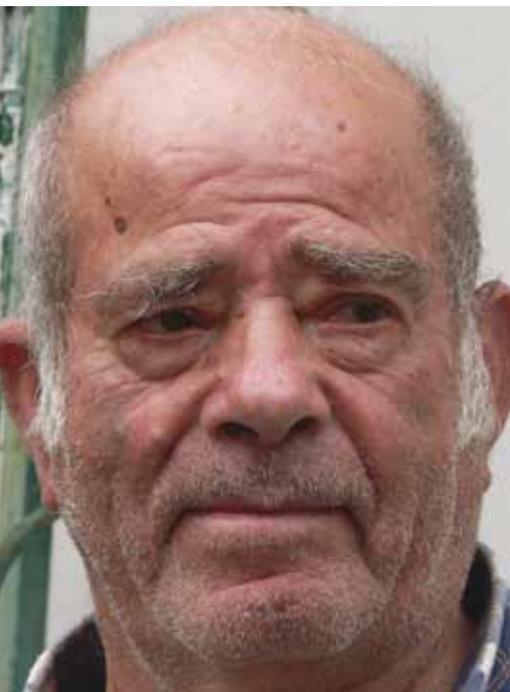
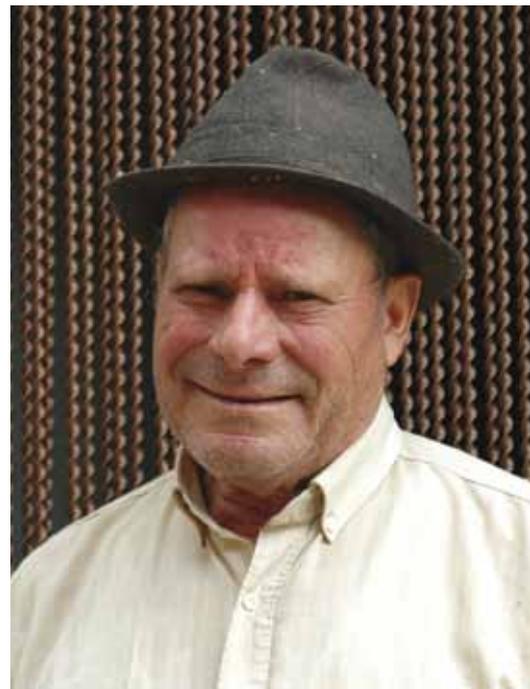
É então caso para aplicar o típico ditado popular, “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. ■

TRIPEIRO (S. VICENTE DA BEIRA)

A manhã vai alta em Tripeiro. As gentes regressam do campo por conta do sol que entretanto interrompe os seus afazeres; outras tarefas aguardam desfecho. Silenciosamente, a vida movimenta-se deixando rasto de alegria, simpatia e simplicidade... é aquilo a que podemos chamar a arte de viver.

da esquerda para a direita, de cima para baixo

1. José Teodoro; 2. Leopoldina Martins; 3. João António; 4. José Martins; 5. Manuel Domingos, Albertino, Francisco Domingos



CEGONHAS (ROSMANINHAL)

A povoação de Cegonhas é uma localidade pertencente à freguesia de Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova. Em termos geográficos fica situada a cerca de 11 quilómetros da sua sede de freguesia e confronta com a freguesia de Monforte da Beira, do concelho de Castelo Branco.

Difícil é passar na aldeia e passar despercebido, aliando o vaguear com uma máquina fotográfica na mão. Primeiro as pessoas observam com um ar desconfiado, questionando para si mesmas

“Quem será este?”; “O que é que faz por aqui?”; “Que raio anda a fotografar?”. Após alguns clicks surgem dois dedos de conversa e facilmente se consegue entrar no mundo dos habitantes locais, uns aceitam que se lhes tirem fotos, outros há, mais tímidos, que não gostam de fotografias e não as aceitam, outros todos vaidosos posam para a foto como se de modelos se tratassem.

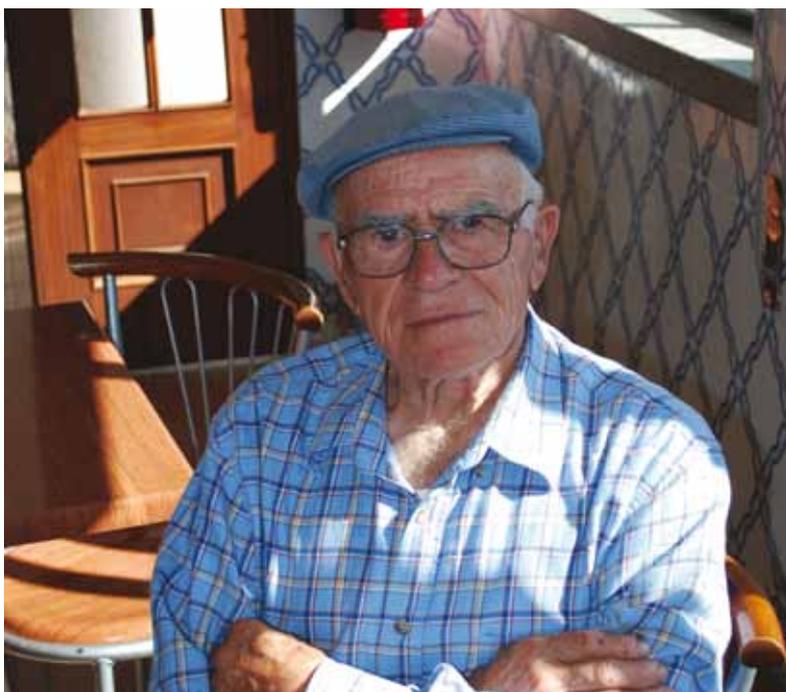
Sentados a ver quem passa, a jogar às cartas no café, exercendo as lides domésticas ou a tratar do sustento para os

animais, assim é o dia-a-dia destas pessoas que vivem numa freguesia rural, isolada dos centros urbanos.

Estas expressões dos rostos, sem legendas, dizem muito do quotidiano destas gentes. Naquele momento em que se carrega no botão da máquina fotográfica soltam-se os desabaços, que hão-de ficar apenas comigo e com a máquina. Só nós tirámos o verdadeiro partido da riqueza que foi ouvi-los naquele instante.

da esquerda para a direita, de cima para baixo

1. Catarina Nunes; 2. Fernando Chorincas; 3. Francisco Magro; 4. Francisco Reis; 5. João Folgado Mendes; 6. Manuel Goulão; 7. Mário Torres





da esquerda para a direita, de cima para baixo

1. António Fernandes, Mário Pereiro, Francisco Amaro e Marcelino Fernandes; 2. Francisco Branco; 3. Ismael Diogo e Adelaide Rosa; 4. José Maria Robalo; 5. Maria Lucinda Moiteiro; 6. Maria Ramos, Agelina Cunha, Maria de Deus Amaro

“VISTO CÁ DE CIMA, O MEIMÃO PARECE ESTAR NO FUNDO DE UM ALGUIDAR”

O Meimão é uma freguesia situada a norte do concelho de Penamacor, no coração da Reserva Natural da Malcata e está rodeada de elevações com altitudes superiores a 800 metros. A população que foi ficando por lá, vive essencialmente de uma agricultura de subsistência, da olivicultura e exploração de madeiras. Uma aldeia pacata de gente simples, humilde e simpática, onde as casas dos que emigraram se misturam com pequenas hortas e maravilhosas paisagens e recantos.

Assim que nos dirigimos pela estrada e deixamos a barragem para trás, deparamo-nos com uma placa que nos dá as boas vindas... e foi nessa mesma estrada que encontramos o *Ti Zé Robalo*, que vai todos os dias tratar da horta na sua carroça puxada pelo *“macho”*. É o exemplo de como ainda se pratica uma agricultura à moda antiga. Quer chova, quer faça Sol, também a *Ti Lucinda Moiteira* de *caldeiro* num braço e *caja-*

do noutro, vai ao *“seu chão”*, *“- vou tratar das minhas couvinhas, batatinhas... para ajudar na alimentação lá de casa. As reformas são pequenas e temos que trabalhar”*, acrescenta. É com o cultivo das suas terras que esta gente demonstra bem o esforço e dedicação que mesmo já com a idade que têm, não há dia nenhum que não vão ao campo.

Noutros tempos em tabernas, hoje em dia nos pacatos cafés da Aldeia, é onde os homens da Terra se encontram para momentos de lazer e convívio, quer para amenas cavaqueiras, quer para jogar às cartas, às damas, ao fito e outros jogos tradicionais. Enquanto isso as mulheres da aldeia encontram-nas pelos vários bancos espalhados pelas ruas da freguesia que, pondo a conversa em dia, assim vão passando o tempo.

Embora tenham tido e ainda hoje seja uma vida dura viver por aqui neste meio rural, isso não tira o ânimo e a

alegria à população do Meimão como espelha o rosto do Sr. Francisco Branco que dos seus mais de 80 anos de idade, ainda tem determinação e a sorrir nos atira uma piadinha: *“Ai meninas... quem me dera ter a vossa idade...”*

Subimos até ao outro cume da Aldeia e aí deparamo-nos com um dos casais mais amáveis e simpáticos desta Freguesia... e é com ternura que o Sr. Ismael olha para a sua Adelaide que com a sua paciência e jeitinho remenda as meias do marido, que como ela nos disse: *“estavam mesmo a precisar que lhe tapasse aqui este buraquinho”*...

E é entre esta imensa riqueza cultural e natural que os aproximadamente 450 habitantes da Freguesia do Meimão vivem os seus dias, entre pinheiros e castanheiros, entre a barragem e a reserva Natural da Malcata.

PERAIS, VALE DE POUSADAS E TOSTÃO

(VILA VELHA DE RÓDÃO)

Em Perais, perguntámos a algumas pessoas: Crianças quem as tem? Alguém nos disse: “Não há criação!” Mais adiante, sentado no banco da praça o Ti Joaquim Castelo contou-nos: “Antigamente os novos tinham 5 e 6 filhos, agora têm 1 ou nenhum...”

Logo à chegada a Vale de Pousadas encontramos a D. Emília a “andar com o negócio prá frente”, “Espero que hoje seja um dia de sorte. Quando a D. Maria José me estreia, tenho um dia de sorte no negócio...”

Seguimos para o Tostão, onde na rua da escola se ergue a placa com o mesmo nome para não nos deixar esquecer, o que os gritos das crianças outrora nos clamavam: a escola fica já ali ao fundo...



da esquerda para a direita

1. (sem legenda); 2. Joaquim Mendes Castelo (Perais)



3. Emília Jorge, Ana Palma e Maria José Ferreira (Vale de Pousadas)



da esquerda para a direita

4. (sem legenda); 5. Antiga Escola Primária de Tostão



PRODER

POTENCIA INVESTIMENTO NA BIS

APROVADOS 3.8 MILHÕES DE EUROS

O GAL Beira Interior Sul apresentou em Julho de 2008, em parceria com 28 entidades da região da Beira Interior Sul, uma Estratégia Local de Desenvolvimento para a revitalização económica e social do território, a partir da implementação de um modelo de desenvolvimento assente nas características específicas do território e das suas necessidades de desenvolvimento, tendo por base os seguintes pressupostos: i) a implicação dos agentes e das instituições; ii) a integração dos vários sectores de actividade numa lógica multifuncional; iii) os recursos do território numa óptica integrada e iv) a cooperação e a articulação com as políticas regionais, nacionais e europeias.

Em termos operacionais, a implementação da estratégia tem subjacente uma actuação focalizada e discriminada a diferentes níveis territoriais, económicos e sociais, privilegiando-se as seguintes áreas de intervenção:

- Produtos tradicionais de qualidade, promovendo os produtos agro-alimentares de reconhecido valor e o artesanato típico;
- Turismo em Espaço Rural, valorizando as suas potencialidades, nomeadamente ao nível do património natural, paisagístico e cultural;
- Património Rural, como factor de valorização e atratividade do território;
- Pequenas e médias empresas, promovendo o aparecimento de novas unidades e qualificando e dinamizando as existentes;
- Serviços sociais e de proximidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e equidade social, criação de emprego e, consequentemente, fixação de pessoas nos aglomerados rurais;
- Recursos humanos e institucionais, apostando na qualificação dos agentes e suas organizações públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território - governança local.

A promoção, dinamização e valorização destes elementos, de forma interligada e concertada, concorrem, em conjunto, para o desenvolvimento sustentável, para a coesão territorial e social e para o aumento da competitividade, finalidades centrais da estratégia de desenvolvimento delineada.

Para cumprir estes fins foram definidos, a partir do diagnóstico estratégico do território, sete objectivos estratégicos, interligados e directamente vocacionados para a criação de condições que potenciem o desenvolvimento rural:

- Valorizar, preservar e promover o património e identidade cultural do território;
- Diversificar, modernizar e qualificar a economia rural, promovendo a sua competitividade;
- Promover e valorizar o sector turístico;
- Criar novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas;
- Melhorar a qualidade de vida da população rural;
- Promover o reforço das componentes organizativas e das competências dos agentes locais;
- Fixar a população nos aglomerados rurais.

O Subprograma 3 do PRODER - Dinamização das Zonas Rurais é o programa que corporiza esta estratégia, norteadada pela abordagem LEADER, a qual representa um modelo de governação do território que visa captar novas formas de competitividade para as zonas rurais, utilizando uma estratégia integrada de resolução dos problemas locais e participando na melhoria da qualidade de vida dos territórios.

A ADRACES, na qualidade de Entidade Gestora do GAL Beira Interior Sul para a implementação do Subprograma 3 do PRODER, concluiu o processo de decisão dos Pedidos de Apoio submetidos às Medidas 3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego e 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida, referentes ao primeiro aviso de concurso.

No âmbito do Programa, da Estratégia Local de Desenvolvimento e do primeiro aviso de concurso, foram aprovados, por parte do Órgão de Gestão do GAL, 27 Pedidos de Apoio, distribuídos territorialmente pelos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, disponibilizando aos respectivos beneficiários ajudas financeiras na ordem dos 2.4 milhões de euros, que irão permitir a criação de 32 novos postos de trabalho, revelando uma dinâmica regional activa e inovadora.

GAL BEIRA INTERIOR SUL

Ação	Nº de Projectos	Investimento TOTAL Aprovado	Apoio PRODER Aprovado	Postos de Trabalho a criar
Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	3	575 Mil euros	345 Mil euros	6
Criação e Desenvolvimento de Microempresas	6	967 Mil euros	565 Mil euros	11
Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	5	677 Mil euros	382 Mil euros	7
Conservação e Valorização do Património Rural	5	385 Mil euros	231 Mil euros	4
Serviços Básicos para a População Rural	8	1.2 Milhões de euros	904 Mil euros	4
TOTAL	27	3.804	2.427	32

Com a conclusão do processo de contratação a estabelecer entre os Beneficiários e o IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, estão reunidas as condições para que as ajudas financeiras sejam disponibilizadas e contribuam para a dinamização do território, sua economia e competitividade. ■

SUBPROGRAMA 3 – DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS

Medida 3.1 – Diversificação da Economia e Criação de Emprego

Acção 3.1.1 – Diversificação das Actividades na Exploração Agrícola

Objectivo

Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

Beneficiários

Titulares de uma exploração agrícola ou os membros do seu agregado familiar.

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis, de acordo com o quadro:

criação de postos de trabalho*	INVESTIMENTOS ATÉ 25.000€	INVESTIMENTOS SUPERIORES A 25.000€
Sem criação de postos de trabalho	40%	40%
Criação de pelo menos 1 posto de trabalho	50%	50%
Criação de 2 ou mais postos de trabalho	50%	60%

Acção 3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas

Objectivo

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

Beneficiários

Microempresas

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis, de acordo com o quadro:

criação de postos de trabalho*	INVESTIMENTOS ATÉ 25.000€	INVESTIMENTOS SUPERIORES A 25.000€
Sem criação de postos de trabalho	40%	40%
Criação de pelo menos 1 posto de trabalho	50%	50%
Criação de 2 ou mais postos de trabalho	50%	60%

Acção 3.1.3 – Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer

Objectivo

Desenvolvimento do turismo e de outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

Beneficiários

Pessoas singulares ou colectivas de direito privado

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis, de acordo com o quadro:

criação de postos de trabalho*	INVESTIMENTOS ATÉ 25.000€	INVESTIMENTOS SUPERIORES A 25.000€
Sem criação de postos de trabalho	40%	40%
Criação de pelo menos 1 posto de trabalho	50%	50%
Criação de 2 ou mais postos de trabalho	50%	60%

MEDIDA 3.2 – MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Acção 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural

Objectivo

Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo, enquanto factor de identidade e de atractibilidade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

Beneficiários

Pessoas singulares ou colectivas de direito privado; Autarquias Locais

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis, de acordo com as seguintes regras:

INVESTIMENTOS	TAXA DE FINANCIAMENTO
De 5.000,00€ até 200.000,00€	60%

Acção 3.2.2 – Serviços Básicos para a População Rural

Objectivo

Aumentar a acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

Beneficiários

Parcerias reduzidas a escrito através da celebração de um contrato de parceria entre entidades privadas, sem fins lucrativos, ou entre entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, não podendo neste caso a componente pública ser maioritária; IPSS; ONG.

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis, de acordo com as seguintes regras:

INVESTIMENTOS	TAXA DE FINANCIAMENTO
De 5.000,00€ até 500.000€	75%



ADL'S DA BI EM CANDIDATURA CONJUNTA AO PROGRAMA REDE RURAL NACIONAL

As Associações de Desenvolvimento Local da Beira Interior, designadamente a ADRACES, ADERES, ADRUSE, Raia Histórica, Pinhal Maior, Pró-Raia e RUDE, apresentaram uma candidatura conjunta ao Programa Rede Rural Nacional - instrumento privilegiado na implementação da política de desenvolvimento rural que tem por objectivo reforçar o intercâmbio entre todos os actores dos territórios rurais, favorecendo o conhecimento das boas-práticas e do know-how em coerência com as orientações comunitárias e com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, através da concretização das seguintes prioridades:

1. Capitalização da experiência e do conhecimento
2. Facilitação da cooperação
3. Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural
4. Facilitação do acesso à informação

As 7 Associações de Desenvolvimento Local, em parceria liderada pela ADRACES, apresentaram um projecto à Área de Intervenção 1. Capitalização da Experiência e do Conhecimento, com um projecto designado “Celebração do Dia da Europa na BI sob o tema “Que Futuro para as Comunidades e Territórios Rurais com a nova estratégia «Europa 2020»”.

Esta Parceria considera fundamental que na implementação da nova «Estratégia 2020» e na Reforma da PAC sejam tidas em conta reflexões produzidas pelos territórios e comunidades rurais sobre o seu próprio desenvolvimento, através da formulação e reunião de um conjunto de contributos baseados nas suas práticas territoriais que possam ser incorporados na nova abordagem europeia a médio prazo.

Neste quadro, pretende-se com este projecto promover o debate e a reflexão dos territórios rurais da Beira Interior sobre os 20 anos de políticas europeias, sobre o seu impacto e resultados nos territórios rurais e, com base nessa análise, reflectir sobre o presente e, principalmente, sobre o futuro do mundo rural. Os resultados dessas reflexões e debates multilaterais deverão apontar para um conjunto de novas abordagens, cujos contributos serão formalmente apresentados à Comissão, a fim de os considerar e incorporar na implementação da estratégia «Europa 2020» e nas reflexões a produzir em relação à reforma da PAC. ■

REDE RURAL
NACIONAL



FORMAÇÃO AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL



Alguns Formadores do curso EFA. Da esquerda para a direita: Marco Amaro, Sandra Morais, Célia Pinheiro; e Márcia Martins.

Uma das áreas de actuação da ADRACES é a formação profissional. Enquanto entidade formadora a ADRACES tem procurado responder a um conjunto alargado de necessidades dos indivíduos e das organizações, através do desenvolvimento de acções de formação que contribuam incisivamente para a inserção, qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos profissionais e assim representem soluções de inovação, competitividade e desenvolvimento para o território da Beira Interior Sul.

O Programa Operacional Potencial Humano - POPH - veio permitir à ADRACES a sua afirmação no território como entidade formadora certificada e que desenvolve um serviço de qualidade e elevada proximidade a todos os intervenientes das acções.

No âmbito do POPH, a ADRACES desenvolveu um primeiro projecto formativo, enquadrado na tipologia de intervenção 2.3 Formações Modulares Certificadas que decorreu entre Novembro de 2008 e Março de 2010, e em que implementou 23 acções de formação de curta duração, distribuídas pelos 4 concelhos do seu território de intervenção.

As áreas de formação deste projecto foram a Hotelaria e Restauração; Turismo e Lazer; Marketing e Publicidade e Artesanato, tendo contado com mais de 200 formandos que obtiveram certificação em unidades de nível II e III.

Dado o sucesso do primeiro projecto, face à forte adesão dos destinatários, a ADRACES está neste momento a implementar um segundo projecto formativo no âmbito da TI 2.3 Formações Modulares Certificadas.

Neste novo projecto formativo a ADRACES procurou diversificar as suas áreas de formação de modo a responder às necessidades de um conjunto mais alargado de público. Nesse sentido as áreas de formação sobre as quais vão incidir são: Ciências Informáticas, Artesanato; Turismo e Lazer; Trabalho Social e Orientação; Engenharia e Construção Civil; Electricidade e Energia, Hotelaria e Restauração; Produção Animal e Cuidados de Beleza.

Para dar resposta a diferentes necessidades de qualificação e certificação a ADRACES está também a desenvolver, no âmbito da TI 2.2 Cursos de Educação e Formação de Adultos o Curso Agente em Geriatria.

Este curso decorre em Penamacor desde Junho de 2010 e conta com a participação de 11 formandos que pretendem vir a obter certificação escolar e profissional de nível 2.

A realização desta acção de formação surgiu da necessidade de colmatar uma falha de pessoas qualificadas no sector da prestação de cuidados a idosos e fazer face ao envelhecimento populacional do concelho de Penamacor e conseqüente necessidade de aumentar os cuidados a idosos, prestados por pessoas qualificadas para o efeito.



Alguns Formandos e Formadora da Acção "Primeiros Socorros"

REGISTAMOS AQUI ALGUMAS DAS PERCEPÇÕES
E PERSPECTIVAS DE FUTURO DE ALGUNS
FORMADORES E FORMANDOS DO CURSO
EFA – AGENTE EM GERIATRIA QUE DECORRE EM PENAMACOR.

“A nossa preocupação é colocar as pessoas a pensar, trazendo situações reais e do dia-a-dia para aula. Com esta formação estes formandos têm mais argumentos para prestar serviços de qualidade às pessoas, desempenhando tarefas de forma qualificada. Temos pessoas com muita potencialidade, bastante mesmo!”

Formadora de Matemática para a Vida, Célia Pinheiro



“Fez-me muito bem vir para este curso, pois para além de tirar o 9º ano e aprender coisas novas, fez-me sair de casa e aumentar a minha auto-estima. Já há 3 meses que não vou à psicóloga, isso diz tudo.”

Joaquina



“Quando me inscrevi pensava: eu vou para lá e não vou conseguir aprender nada. Mas afinal, eu até fico surpreendida com as coisas que faço.”

Teresa Dias



“Inicialmente vim para este curso apenas por estar desempregado, mas agora estou a gostar bastante de estar no curso, pois além de obter o 9º ano, a possibilidade de obter emprego nesta área, no final, motiva-me bastante. Não me assusta o facto de vir a desempenhar tarefas normalmente associadas às mulheres.”

José Lourenço

“Uma coisa é notória: Todos estão interessados em trabalhar. Nunca baixam os braços. Não existem pessoas que estão apenas a ver passar o tempo. Estão sempre interessados em fazer as coisas. E quando não conseguem pedem ajuda, às vezes insistentemente com medo de ficar para trás. Tem sido um grupo com quem dá gosto trabalhar... O nosso papel aqui é aproximar os conteúdos de cada uma das áreas às experiências de vida dos formandos.”

Formadora de Tecnologias da Informação e Comunicação, Márcia Martins



“Não estamos aqui só por causa do dinheiro. Claro que o dinheiro dá jeito, mas a realidade é que a importância do curso ultrapassa isso. A minha vida mudou completamente, e acho que o curso vai ser uma grande ajuda para mim no futuro.”

Patrícia Esteves



“O mais importante é a formação que levamos daqui. Além disso esta formação tem tudo a ver com as necessidades no local de trabalho. Eu já trabalhei na área e agora tiro todas as dúvidas que tenho dessa altura.”

Teresa Martins



“Estamos a aprender muito para no futuro conseguirmos dar o nosso contributo nos cuidados a idosos e conseguir emprego.”

Eugénia Cerdeira



“Todas as disciplinas fazem muita falta a este curso.”

Luís Fatela *

“Estas pessoas nunca mais vão ser as mesmas, pela possibilidade que lhes foi dada de aprenderem tanto, em tantas áreas, tornando-se pessoas muito mais ricas. ... As aprendizagens que fazem aqui reflectem-se nos hábitos próprios do dia-a-dia.”

Formadora de Linguagem e Comunicação, Sandra Morais



“Só em sair de casa já é muito bom. Aprendo coisas que não sabia. A família gosta que eu cá ande.”

Cristina Mendes



“Os meus filhos agora dizem-me: “Estuda mãe! Tu obrigavas-nos a estudar, agora é a tua vez! Vamos ver se conseguimos arranjar um Futuro! E espero que consigamos um trabalho.”

Patrocínia Farias



“A minha mulher já me pergunta, que palavras são essas tão caras? E eu digo-lhe: são palavras que aprendo no curso. Estou a evoluir, estou a aprender!”

Álvaro Soares



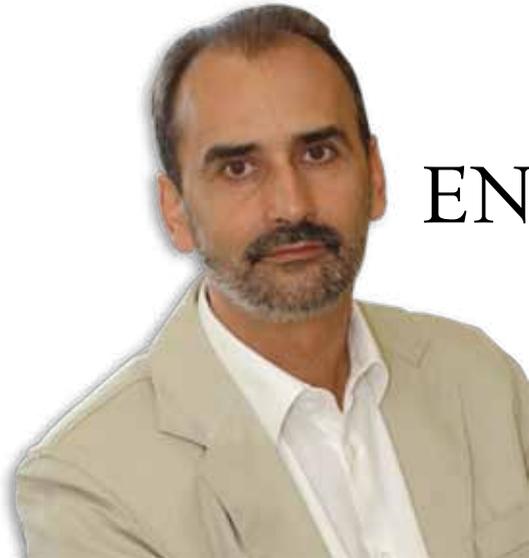
“É muito bom o curso, por poder ficar com 9º ano. Além disso, nunca é tarde para aprender. Embora estejamos esquecidos dos tempos da escola, agora vamos recordando.”

Maria Adélia Gil

“Este curso é tão importante para estas pessoas, pois basta terem o objectivo de vir para aqui todos os dias e aprender alguma coisa, para que se sintam mais rejuvenescidas, porque conhecem outras pessoas, trocam experiências... e isso faz com que se sintam bem e reconheçam que não foram dias perdidos, mas sim ganhos, em todos os sentidos”.

Formador de Língua Estrangeira, Marco Amaro

* O falecimento súbito e inesperado do Senhor Luis Fatela, formando dedicado, conciliador e solidário, encheu-nos de tristeza. Os Colegas, a VIVER e toda a equipa da ADRACES, apresentam à família sentidos pêsames.



ENTRE FICAR E SAIR

Domingos Santos

[Docente do Instituto Politécnico de
Castelo Branco (IPCB)]

A compreensão da amplitude e da profundidade da crise que atinge o chamado mundo rural não é de hoje. A própria União Europeia a reconheceu, financiando de forma generosa, desde há décadas, investimentos destinados às zonas rurais dos países que a integram, com incidência nas regiões consideradas mais atrasadas.

Consubienciado em propostas diversificadas e, por vezes, mesmo inovadoras, este esforço nacional e europeu de investimento na superação da crise dos espaços rurais teve por denominador comum, e alicerce, a noção de que se está perante uma crise estrutural que se traduz, designadamente, num atraso e numa fractura face ao mundo urbano e industrial, e entre zonas e realidades rurais distintas.

Cuidar da requalificação do mundo rural, na perspectiva da sua reanimação e para um futuro de bem-estar, implica, na nossa perspectiva, assumir o desenvolvimento não como uma mera questão técnica, tecnológica ou administrativa, mas, essencialmente, como uma dinâmica social centrada nas potencialidades e oportunidades do próprio mundo rural e por ele recriadas.

Uma das suas principais riquezas, aquela que mais é capaz de projectar o futuro desses territórios, é a sua população infanto-juvenil. Compreendendo-se que, a propósito dos meios rurais, as prioridades de acção se centrem nas populações seniores, dado o fenómeno de envelhecimento demográfico; não deixa, contudo, de surpreender que as crianças e os jovens surjam quase esquecidos, como se de um não-problema se tratasse.

Imagino as interrogações e os dilemas que se levantam aos jovens destes espaços rurais periféricos. Por um lado, cultivam laços que ainda os prendem às raízes e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem reflectida no espelho da cultura urbana, sedutora, que lhes surge como um padrão para a construção de seus projectos de futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de pretenderem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem.

Com a chegada ao ensino secundário ou ao superior, muitos desses jovens encetam uma migração temporária, por vezes início de uma deslocação definitiva, para a cidade, fenómeno que expõe os jovens ao contacto com um sistema distinto de valores que são absorvidos, ou rejeitados, operando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original, como no sentido de os questionar ou mesmo negar. Em meios desvitalizados e em perda, é possível que os fenómenos de aculturação e a estigmatização sejam cada vez mais complexos para os jovens – nessas circunstâncias, o néon urbano ganha, por certo, um brilho redobrado! Pensar, actualmente, a inserção desses jovens no meio rural implica enfrentar o esforço de analisar as construções identitárias, onde o jovem, quando muito, ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas.

A capacidade de organização autónoma das comunidades rurais no sentido de, aceitando os desafios da globalização, com o que tudo isso implica, ir construindo respostas locais ajustadas às expectativas educativas, formativas, culturais, desportivas e relacionais dos jovens, parece constituir claramente um ponto de partida fundamental para um processo de desenvolvimento valorizador da auto-estima local e de afirmação identitária. É forçoso encontrar meios para a formulação de projectos-esperança, em função dos quais as crianças e os jovens possam organizar a sua energia colectiva, colocando-a ao serviço do desenvolvimento local, de modo a que façam do meio rural não uma fatalidade mas uma opção de vida.

Podem os municípios, em conjunto com os demais actores empresariais, institucionais e associativos locais, animar a criação de comunidades de interesses, centradas nas crianças e jovens, de modo a conseguir fornecer-lhes mais meios de realização e de afirmação da sua identidade cultural? Podem congregar mais esforços no sentido de afirmar a juventude como uma prioridade da acção colectiva local, elevando-a à condição de actor social? Eu creio firmemente que sim, embora não esteja certo de que se consiga estancar a hemorragia que vem atingindo violentamente os meios rurais.

Se assim não for, se não formos capazes de reter, pelo menos parcialmente, a geração que está agora a chegar à idade activa, conhecidos que são os níveis de envelhecimento e a queda das taxas de fertilidade, pode vir a perder-se, em definitivo, a oportunidade de mobilizar os factores de desenvolvimento em torno de um caminho desejável de futuro. De todo o modo, e enquanto é tempo, parece que o debate sobre a política infanto-juvenil em meios rurais, que está ainda por realizar, é da maior urgência e é uma questão determinante para o devir do mundo rural. ■

RUPTURA DEMOGRÁFICA, QUE CONSEQUÊNCIAS?

Lopes Marcelo

1. DO DESPOVOAMENTO, OS NÚMEROS.

É bem evidente o já longo processo de perda de população residente no nosso distrito, ao longo das últimas décadas.

Entre 1981 e 1990, a variação percentual da população residente no distrito foi negativa (-13%). Na década de noventa, tal variação continuou a ser negativa (-3,2%), enquanto a média do país, considerado apenas o continente, já registava um pequeno acréscimo (1,3%). Se atendermos aos números para os concelhos da faixa sul, da raia, temos que entre 1980 e 2001 se verificou a variação da população residente: Vila Velha de Ródão (-26,9%); Castelo Branco (1,5%); Idanha-a-Nova (-27,6%) e Penamacor (-30,0%).

Da conjugação das elevadas taxas de mortalidade com as baixas taxas de natalidade, tem resultado um saldo fisiológico negativo (mais óbitos que nascimentos) na ordem dos (-7%). Contudo, nem sequer aqui se tem fixado a população que cá nasce, já que tomando em conta a efectiva variação da população residente tem-se verificado um contínuo processo de repulsão por todo um conjunto de causas estruturais que têm tornado cada vez mais a Beira Baixa num território de baixa densidade.

Tome-se em consideração o **índice de dependência dos jovens** que expressa a relação (quociente) entre a população jovem dos 0 aos 14 anos de idade e a população activa dos 15 aos 64 anos. Esta relação no valor de 15%, indica a baixa expressão da população jovem. Por outro lado, temos que atender ao **índice de dependência dos idosos** cujo valor de cerca de 50%, expressa a relação (quociente) entre a população com 65 e mais anos de idade e a população em idade activa (dos 15 anos aos 64).

A conjugação convergente dos dois referidos índices, expressa uma dependência total (acumulada) de 65%, ou seja, uma pequena parte da sociedade activa (um terço), tem que suportar toda a sociedade.

2. ASSIMETRIAS DEMOGRÁFICAS.

É de grande preocupação a muito baixa proporção de jovens no conjunto da sociedade que, nos concelhos da Raia e sobretudo em algumas freguesias, por ser inferior a 10%, configura uma **situação de não retorno**, ou seja, pela progressiva diminuição de população jovem, tais comunidades territoriais estão condenadas a morrer, em lenta asfixia económica e social.

Na faixa da raia, apenas o concelho de Castelo Branco e, mais propriamente a cidade, inverteram tal evolução, passando a atrair mais população. De facto, Castelo Branco tem exercido forte atracção, como pólo positivo no campo da criação de emprego. Contudo, os desequilíbrios territoriais são cada vez mais acentuados, ou seja, o despovoamento da faixa da raia de matriz rural está cada vez mais acentuado e implicando desertificação.

O território em ruptura demográfica enfrenta grandes dificuldades em assegurar um quadro de renovação geracional natural, já que é marcado por um processo dinamicamente negativo de **duplo envelhecimento**. Por um lado, nas próximas décadas verificar-se-á o acréscimo do peso da população idosa e, por outro lado, continua a diminuir em termos absolutos e relativos a população jovem. Trata-se de uma tendência de progressiva fragilização dos recursos humanos disponíveis, reflexo e consequência de um vasto e lento processo em curso de debilitação das estruturas produtivas.

3. O RISCO DE MORTE SOCIAL E CULTURAL.

Poderão alguns leitores e até, sobretudo as autoridades com poder de decisão, sentirem-se tentados a desvalorizar a realidade da ruptura demográfica, pensando que são apenas números e que se trata de um processo inevitável.

Por detrás dos números está uma realidade social e humana de pungente actualidade e gravidade. É que, pela ruptura demográfica se instala a progressiva morte produtiva, ou seja, altera-se e compromete-se a vida vegetal e animal dos nossos territórios. Está em causa a **morte social das nossas aldeias**, comprometendo todo um conjunto de saberes, fruto da capacidade de adaptação e da lenta aprendizagem criativa de sucessivas gerações.

Com o desaparecimento dos nossos idosos, são verdadeiras bibliotecas de saberes informais, com os seus alfabetos funcionais, que desaparecem. Com os terrenos abandonados a encherem-se de mato que apenas é “limpo” pelo ciclo infernal dos incêndios, com os leitos dos cursos de água obstruídos, com os animais de grande porte a aumentarem e o despovoamento a crescer...

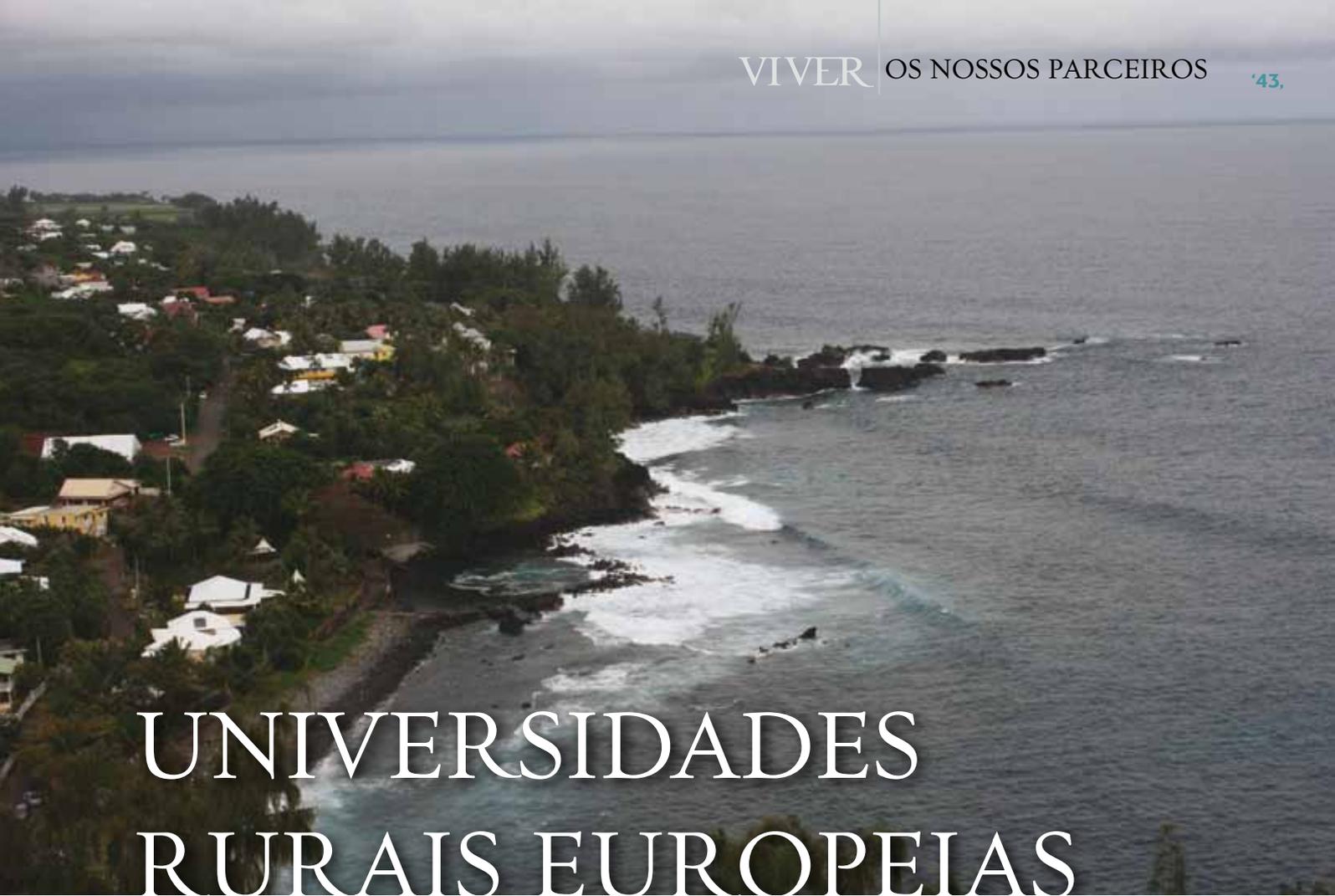
Algumas cidades e até algumas poucas vilas de cara mais lavada e algum progresso, actuando como pólos que conseguem atrair alguma população, não admitem que estão a desertificar os territórios envolventes. Mas será necessário que a competição entre territórios se faça até à exaustão de uns para os outros se aguentarem? E por quanto tempo?

É que o processo de desertificação é **sistémico e dinâmico**, isto é, não pode ser configurado e estancado para ficar só na casa do vizinho. Tal ideia, em termos de eficácia do modelo de desenvolvimento e solidariedade é uma mentira social e política. De facto no tecido do território, o efeito de mancha de óleo é dinâmico. Criada a nódoa, se não é combatida logo de imediato, não pára de alastrar. É como nos incêndios e mesmo essa abrasadora lição custa e demora a ser aprendida.

Quando morrem as pessoas, desaparecendo os seus saberes e valores, sem que sejam recolhidos, valorizados e preservados como genuíno património social e cultural, **morremos todos um pouco!** Mesmo que alguns por aí continuem, cheios de vistoso verniz, a pavonearem-se à custa de políticas e negócios de circunstância, sem perspectivas e capacidade de verem fundo e mais longe que os seus próprios interesses.

Quanto às poucas crianças que temos, a escola contribui para que se desenraizem, pois quase se não abrem aos saberes fora dos uniformizados e teóricos programas definidos nos gabinetes centrais. Sim, onde estão as escolas parceiras do artesanato, das empresas, das autarquias e das associações de desenvolvimento local? Onde se origina e se partilham a massa crítica, a informação e os projectos de intervenção sobre o território e a cultura local? Onde está a formação dos jovens alunos, tornando-os mais intervenientes, enraizados e inseridos na tradição e cultura local?

Um dos eixos com grandes potencialidades, mas que não tem lugar nas escolas nem no discurso dito de progresso e modernidade, consiste em estudar e divulgar a herança do património rural, contrariando os riscos de destruição da memória, da identidade, dos saberes e sabores inerentes ao território vivo, isto é, com população. Até quando os responsáveis não notarão que a **mancha de óleo** da morte social e cultural do território já está a sujar-lhes os sapatos? ■



UNIVERSIDADES RURAIS EUROPEIAS

APURE: 10^a SESSÃO PLENÁRIA.

SAINT-JOSEPH, ILHA DE REUNIÃO, OCEANO ÍNDICO

(7-8-9 DE SETEMBRO DE 2010)

Intervenção final do Presidente da APURE:

Senhor Patrik Lebreton, Presidente do Município de S. Joseph e deputado na Assembleia Nacional Francesa em representação desta Ilha que nos acolhe; Senhoras e Senhores membros do Conselho Municipal de S. Joseph; Senhores representantes das autoridades regionais e dos serviços desconcentrados do Estado na região; senhoras e senhores activistas representantes das Associações Rurais da Europa aqui presentes; caros amigos vindos das longínquas terras continentais ou dos campos destas ilhas Mascarenhas, criptas emersas deste oceano Índico, que, noutros tempos, foi histórico cemitério de milhares de compatriotas meus; caros irmãos naturais desta ilha aqui presentes...a todos agradeço a vossa presença, a todos convido a saudar com uma merecida salva de palmas o nosso querido amigo senhor Patrik Lebreton, o Conselho Municipal de S. Joseph e toda a sua equipa de dedicados profissionais. Saudação também dirigida à “Maison du Tourisme du Sud Sauvage” na pessoa do seu Director senhor Azeddine Bouali; porque a todos eles devemos a realização deste encontro.

A todos eles, mas também, à tenacidade persistente e cúmplice de Josy Richez, vice-presidente da APURE.

Estarmos aqui juntos neste lugar do Mundo, neste território ultraperiférico da Europa no meio do oceano Índico, pode parecer surpreendente a muitas pessoas menos atentas, mas, a nossa presença, de uns e de outros, pelas dificuldades que tivemos de ultrapassar, constitui uma bela demonstração da força das nossas convicções nos princípios e valores morais e cívicos, pelos quais nos batemos.

Estar aqui, neste tempo dito de crise, é já uma vitória!

Por isso, mais uma vez, muito obrigado a todos.



Durante os nossos trabalhos destes últimos dias, condicionados pelas limitações dos tempos disponíveis, os intervenientes fizeram um esforço para chamar toda a nossa atenção para as realizações de cada um, numa demonstração do dinamismo das práticas existentes nos seus territórios de intervenção.

Mostraram-nos gráficos e estatísticas contabilizando muitos milhões afectados aos programas e acções nos quais estão implicados. Por vezes deve ser difícil de compreender, pelo simples mencionar sucessivo de tais quantias, o verdadeiro fundamento da aplicação dessas somas, ao mesmo tempo que aqueles que produzem os alimentos se queixam das suas vidas de miséria e de sacrifício.

Infelizmente, por mais uma vez, não poderemos dispor do tempo necessário para aprofundar a desmontagem destes paradoxos e aparentes contradições que tanto afligem as famílias dos pequenos agricultores e agricultoras da Europa.

É verdade que não temos todo o tempo necessário, mas...estamos numa universidade rural... aqui... natureza obriga... temos que ser capazes de encontrar o tempo para pensar... penso que devemos, pelo menos, fazer a tentativa de esclarecer, se possível, certas ambiguidades pouco objectivas e por vezes bastante enganadoras, contidas nos discursos oficiais “politicamente correctos”.

Com a vossa tolerância e compreensão, vou falar-vos de duas coisas que me parecem verdadeiramente importantes.

A identidade cultural como instrumento essencial à definição dos modelos de Desenvolvimento dos territórios rurais, e da aplicação prática do tão proclamado princípio da “SUBSIDARIEDADE”.

Para vos falar da identidade cultural dos territórios, utilizarei as palavras do nosso companheiro **Lopes Marcelo**, impedido de as dizer ele próprio:



Afirmação das Identidades Locais

As nossas terras, o território das nossas comunidades de origem, são as nossas pequenas pátrias! A elas estamos ligados por fortes sentimentos indizíveis e por laços e afectos indeléveis.

Vivemos um tempo em que se valoriza o que é efémero, dito moderno, decorrente de um modelo individualista de consumo e de ruptura, numa acentuada voragem do presente tantas vezes vazio e desenraizado. De facto, o tempo actual é mais propício ao esquecimento e à fragmentação da memória, tornando descartável o simbólico e tendendo a desconsiderar a fruição reflexiva de ciclo longo, sedimentada na coerência da memória e na autenticidade dos valores. Sobretudo nas sociedades urbanas, verifica-se a falta da afectuosa aliança entre o passado e o presente, entre tradição e modernidade. Assistimos à rasoira das identidades locais face à acelerada massificação e uniformização cultural, à deriva produtivista, competitiva e consumista.

Não se dá relevância às serenas maneiras de ser e de estar numa filosofia e noção de tempo longo, do fruir entendendo e partilhando as terras e as pessoas com os seus próprios alfabetos funcionais. A consideração e reflexão sobre os saberes, os saberes-fazer, os sabores, os produtos culturais e expressões genuínas da cultura popular são regra geral remetidas pela comunicação social para modesta página de curiosidades etnográficas, quando não são desvalorizados de forma cínica como “folclore”.

Anda quase toda a gente em fuga, em acelerada ânsia de ter, não sabendo bem do que fogem, nem para onde vão. Contudo, só na aliança fecunda entre o passado e o presente, se pode construir um futuro com alma, uma modernidade enraizada e coerente no respeito e vibração da identidade cultural. É pelo afecto e sentimento de pertença de cada pessoa à sua comunidade, que se percepção e valoriza o património e, como base da cultura popular, o entendimento do território como suporte das relações culturais e produtivas que moldaram as populações.

Território e cidadania

*Não há territórios pobres, nem condenados à desertificação produtiva e ao despovoamento. O que há são territórios com maior ou menor atraso em face da capacidade para definir prioridades, planear intervenções, **assumir e concretizar com vontade política** as estratégias, os projectos, os objectivos e a consequente avaliação. A capacidade para definir estratégias e prioridades a concretizar através de projectos coerentes com o território reside nas pessoas em função da sua mentalidade, informação e capacidade de organização.*

A capacidade de organização, residindo nas pessoas, depende sobretudo da atitude e coerência das elites esclarecidas. Se por um lado é importante a rede das Associações, Colectividades, Escolas, Organizações sindicais e empresariais, Partidos, Governo e Autarquias Locais; o mais relevante é a visão integrada do conjunto dos seus dirigentes.

*A **emergência do território** está cada vez mais na ordem do dia, quer para as populações das áreas rurais, quer mesmo para os habitantes das grandes cidades. Aí estão com crescente gravidade as notícias dramáticas dos incêndios, da seca, de cheias e derrocadas, de construções em sítios inadequados, de espécies animais e vegetais em desaparecimento. A degradação do território é contínua: leito de rios e de ribeiras que não são limpos, floresta que não é ordenada nem limpa, terrenos de cultivo abandonados que se enchem de mato (regressão florística), reservas e parques naturais geridos como “reservas de índios” - tudo a contribuir para expulsar as pessoas! Esquecem-se os responsáveis e decisores políticos que quem organizou, produziu e humanizou o território foram os residentes ao longo de sucessivas gerações. Assim, o território é cada vez mais uma questão de cidadania, uma **questão cultural e política** de progressiva relevância.*

Para não abusar demasiado da vossa paciência abordarei agora, ainda que muito resumidamente, a questão do princípio da SUBSIDARIEDADE, porque penso que pelo seu simbolismo na relação entre as intenções anunciadas e os resultados práticos verificados, é um conceito que merece ser melhor compreendido. Trata-se duma palavra, dum conceito, muito utilizado nos meios comunitários, anunciado como coisa inovadora e respeitadora das capacidades próprias dos europeus para executarem, melhor que ninguém, as intervenções que dizem respeito aos seus próprios territórios.

- “Ninguém deve fazer nada, que outrem, mais conhecedor do contexto da acção a desenvolver por nele viver, seja capaz de fazer melhor” ou seja: no quinto andar não se deve fazer nada que os do rés-do-chão possam fazer melhor” ou ainda: na capital não se deve fazer nada que a Freguesia seja capaz de fazer melhor!

À primeira vista todos concordamos com o mérito da coisa, mas... olhando a prática, acabamos por descobrir o logro.

Uma só palavra é suficiente para nos tapar a imediata percepção de que nos estão vendendo “gato por lebre” e essa palavra é - FAZER - os do “rés-do-chão” podem “fazer” melhor, mas... **PENSAR O QUE OS DE BAIXO DEVEM FAZER**, isso compete aos de cima...se vos falo deste simples exemplo é porque temos verificado que, muito frequentemente, nós os de baixo, deixamo-nos enganar facilmente com orientações aparentemente bem-intencionadas, que mais tarde se revelam prejudiciais, às quais não demos a suficiente importância e atenção.

É absolutamente indispensável que os rurais ganhem a capacidade de descodificar a linguagem do “europês” comunitário, para poderem fundamentar com êxito a defesa dos seus próprios interesses.

Outros temas, mereciam a nossa atenção e reflexão, temas como:

- O défice de segurança alimentar e as suas consequências.
- O equilíbrio de rendimentos entre o sector primário e os outros sectores da Economia.
- A questão muito importante dos financiamentos da PAC para o após 2013 e o futuro das políticas de apoio ao desenvolvimento rural.
- A questão decisiva dos modelos de governanças democráticas territorializadas a “balcão único” por território.
- A hiper concentração da indústria transformadora agro-alimentar e o seu reflexo na competitividade das pequenas e médias explorações agrícolas.
- A questão dos subsídios “cegos” à produção ou a alternativa de apoio aos consumidores sem meios de subsistência.

Caros amigos, o Mundo não acabará hoje e nós podemos se assim o quiserem, a partir deste encontro, decidir continuar estas nossas reflexões individuais e colectivas, para poder agir com mais convicção e maior conhecimento.

Sim...nós conseguimos juntar-nos aqui, mas, para lá da nossa vontade de participação, que julgamento fazemos nós sobre a utilidade da nossa presença em relação aos objectivos fundadores da nossa acção?

Quais as motivações que nos animam?

Quais são as grandes causas que apelam à nossa solidariedade?

Como compreendemos nós as novas relações sociais, económicas e culturais, das sociedades rurais dos nossos dias?

A este propósito...é necessário que, para terminar, vos fale do futuro da APURE.

A APURE tal como é, tal como está neste momento, necessita de um impulso de renascença, para que continue a viver. Seremos nós capazes de lhe dar esse impulso, ou, por falta de disponibilidade ou de motivação, deixaremos nós desaparecer o património que tantos companheiros ajudaram a construir com enormes esforços e sacrifícios?

Neste contexto de crise generalizada, crise tão psicológica como material, teremos nós ainda as energias suficientes para aceitar o desafio de dar às UREs o dinamismo e a utilidade da etapa inicial?

Eu, sinceramente, desejo e penso que isso é possível, com a condição de nos darmos ao trabalho de bem compreender a natureza e a importância dos problemas para a solução dos quais podemos dar uma contribuição positiva.

Sim, penso que é possível prestar bons serviços aos rurais da Europa e do Mundo se formos capazes de nos integrar, integrando-os, numa acção comum, nascida das suas próprias aspirações.

As Universidades Rurais Europeias são uma ideia nascida nos meios universitários franceses, adoptada prontamente pelos rurais dos “Foyers Rurais de França”. Esta família de adopção amou tanto as UREs, que quase as estrangulou, num momento difícil da sua própria existência.

Por uma razão ou outra, a APURE, e as Universidades Rurais Europeias, sobreviveram mais pelas dedicações pessoais dos seus dirigentes de todos os tempos, que por uma real implantação nas Associações Rurais da Europa.

Esta implantação nos movimentos associativos dos diferentes países da Europa deve ser significativamente reforçada a partir desta 10ª URE. Cada um de nós aqui presente deve partir daqui recarregado da energia por reanimar este combate pelo alargamento da representação do Movimento Associativo dos rurais da Europa na APURE.

A conjugação entre a prática e a investigação teórica orientada para a modernização da prática, tem sido desde sempre, parte integrante da nossa praxis pedagógica, mas, infelizmente, pouco foi além da teoria.

Diminuídos deste apoio dado pela ausência de presença nas práticas quotidianas, agravado pela reduzida ligação entre os associados actores ao nível do terreno e os que se movimentam aos níveis da representação junto dos centros europeus de decisão, a nossa capacidade de reflexão conjunta restringe-se e perde dinâmica, a nossa competência colectiva não se afirma, e o que é mais grave, as nossas consciências ficam menos atentas à realidade e menos disponíveis para a acção.



Esta Ilha é um bom lugar para tentar iniciar uma nova dinâmica para a APURE.

Para todos os rurais pobres de Europa, do norte como do sul, no continente como nos territórios periféricos, a diversidade das dificuldades a vencer para conseguir um nível de vida digno, são enormes.

Os problemas são por vezes muito diferentes, mas, em toda a parte, duas coisas são indispensáveis para os poder resolver, duas coisas que se traduzem por duas simples palavras: **Organização e Coesão!**

Sem organização, a coesão é impossível, sem coesão entre todos os rurais, agricultores ou não, faltará a força social e política suficiente para defender com eficácia os legítimos interesses de quem alimenta e cuida do planeta.

Nós os membros e simpatizantes da APURE, por toda a parte, lá onde habitamos e vivemos, devemos implicar-nos em todas as acções que contribuam para organizar mais coesão entre os rurais. Devemos ajudar os rurais a superar todas as suas naturais diferenças, em benefício do seu objectivo maior e estratégico - a coesão entre todos os rurais.

Porém, para que a nossa acção seja mais eficaz, devemos estar sempre dispostos a melhorar as nossas práticas, a auto criticar-nos por aquilo que, por desconhecimento ou falta de experiência, fazemos menos bem.

Por exemplo, nestas jornadas muito aprendemos sobre a Reunião, mas vós os habitantes desta ilha, que aprenderam daqueles que vindos de longe não tiveram aqui a oportunidade de vos contar as suas experiências? A troca de experiências foi deficiente, devemos estar atentos para evitar essa deficiência no futuro.

Caros amigos:

Na esperança de que mais uma vez consigamos resistir às “tempestades que se anunciam”, esta décima Universidade Rural Europeia será a minha última na qualidade de presidente. Por vosso intermédio, saúdo e agradeço a todos os que durante estes já longos 8 anos me ajudaram a sustentar este projecto, que desejo seja cada dia mais activo e participado.

Justo é destacar aqui a contribuição do nosso Associado Português, a Associação ADRACES, que se esforçou na medida das suas possibilidades por exercer voluntariamente e sem custos para a APURE, um secretariado minimamente operacional. Sem esta contribuição a minha tarefa, por muito imperfeita que tenha sido, seria de todo impossível.

Para não correr riscos insuspeitáveis, penso ser prudente começar desde já a preparar a “mudança”. Até ao próximo mês de Maio do próximo ano é necessário encontrar quem esteja disponível para continuar e melhorar este jovem projecto, com mais de 20 anos de existência.

Se tudo correr como desejo, penso poder encontrar as condições necessárias para organizar em Portugal, no mês de Maio, uma A.G. seguida da respectiva reunião dum renovado C.A., pelo que desde já solicito e apelo para a presença do maior número possível de associados.

Estejam certos, caros companheiros, que enquanto me durar a vida, estarei disponível para ajudar na medida das minhas forças e competências.

Se os nossos desejos se concretizarem, voltaremos a encontrar-nos daqui a dois anos, algures na Roménia, durante a 11ª URE.

Saúdo-vos a todas e todos e desejo-vos um bom retorno a casa.

VIVA OS RURAIS QUE ALIMENTAM E CUIDAM DO PLANETA
VIVA O MUNICÍPIO DE S. JOSEPH E SEUS DIRIGENTES
VIVA A LIBERDADE E A PAZ
VIVA A APURE

VIVA O “SUD SAUVAGE” DA ILHA DA REUNIÃO,
TERRITÓRIO HOSPITALEIRO E SOLIDÁRIO. ■



CARTA DE NAMPULA (CRIANÇAS QUEM AS TEM?)

Joaquim Alberto

Aqui em Nampula falta quase tudo e, aquilo que existe, é quase sempre de inferior qualidade. Mas de falta de crianças ninguém se pode queixar.

Há crianças em todo o lado, sempre muitas, quase sempre risonhas.

Talvez porque, não havendo aqui um “Estado Providência”, o futuro das pessoas está assegurado apenas nos filhos. Quem não tem filhos, não tem ninguém que os assuma e os trate se, por azar, chegarem a velhos. O que não acontece com muita frequência.

Aqui, os filhos ainda não vão pôr os pais num lar para velhos. Velhos reformados, também há muito poucos. O papel que na Europa é assegurado pelo estado, aqui é assegurado essencialmente pelas famílias. Desde a segurança do dia-a-dia, até aos cuidados na doença e na velhice.

Aqui, a polícia não consegue garantir um mínimo de segurança, nem de pessoas nem de bens. Em muitos casos é mais um factor de insegurança. Dos serviços administrativos pode dizer-se sensivelmente o mesmo. Os serviços do Estado são mais conhecidos pela ineficácia e pela corrupção do que por outra coisa. Desde os serviços de educação aos serviços de saúde. Por isso a organização tradicional da sociedade tem quase sempre mais força e mais impacto nas pessoas do que a organização legal. E o centro da organização tradicional reside na família.

Há cerca de um mês, um rapaz estava doente com tanta gravidade que não comia nem bebia há mais de uma semana. Depois de esgotados todos os recursos tradicionais, de curandeiros e medicamentos, foi preciso uma reunião da família (tios maternos), para decidirem que o rapaz poderia ser levado pelo pai ao hospital. Claro que, com todos estes atrasos, o rapaz acabou por morrer.

Suponho que ainda vai ser preciso muito tempo para que a força da sociedade tradicional comece a diminuir. Enquanto houver tanta ineficácia e corrupção na organização legal da sociedade, não haverá grandes mudanças.

Por isso, as crianças vão continuar a nascer em quantidades que nada têm a ver com o que se passa na Europa.

Para podermos comparar, em Portugal mantém-se o número de habitantes desde 1960. Parece que, ao chegarmos aos 10 milhões, não temos lugar para mais ninguém. Apesar da desertificação no interior do território.

Em Moçambique, a população duplicou desde 1975. E deve continuar a aumentar nos próximos anos. Apesar da pobreza em que se vive, apesar dos muito deficientes serviços de saúde, apesar de não ser possível encontrar trabalho regularmente remunerado nos anos mais próximos. Ou será também por estas razões que a população tem aumentado tanto?

Em Portugal, as condições materiais melhoraram imenso nos últimos 50 anos. Mas o número de habitantes só se vai mantendo, porque as pessoas duram muito mais tempo do que antes. Em Moçambique, apesar da guerra, da sida, das pessoas morrerem em média ainda mais novas do que antes, a população duplicou nos últimos 35 anos. Parece que a melhoria das condições materiais, em vez de contribuir para o aumento da população, contribui para a sua diminuição. Não é por se ter mais e por se viver mais tempo que as pessoas querem ter mais filhos. Será porque “ter mais” torna as pessoas mais egoístas? Como diz o ditado, “quanto mais tem mais quer”, e por isso partilha menos?

Mais uma vez vamos desembocar na crise financeira actual. Os que tinham mais antes da crise, querem ficar ainda com mais do que tinham antes, e para isso todos os meios são bons.

Mas uma sociedade em que o aumento das desigualdades é constante, é uma sociedade sem futuro, assim como uma sociedade em que o número de crianças é inferior ao número de velhos, também é uma sociedade sem futuro. Podemos talvez dizer que tem mais futuro uma sociedade como Moçambique, do que uma sociedade como Portugal. ■

BAZAR DO FUNDO DO BAÚ

7ª EDIÇÃO

A 7ª Edição do Bazar do Fundo do Baú realizou-se, como tradicionalmente acontece, no dia 28, coincidindo com a Feira Anual de Agosto de Penamacor. Pelas 8h30 da manhã já o Grupo das Tertúlia transformava a entrada do Jardim da Republica de Penamacor, decorando os tabuados com os trabalhos que resultaram das várias sessões transactas da Oficina de Artes e Saberes - Horas a Fio, de várias Acções de Formação que a ADRACES promoveu no Concelho de Penamacor e também com objectos que as Senhoras foram recolhendo lá por casa e ainda outros que gentilmente amigas ofertaram.

Esta é umas das actividades mais antigas e mais participadas do grupo das Tertúlias, onde todas se empenham ao máximo para que decorra de forma perfeita. Esta iniciativa tem como principal objectivo angariar fundos para posterior aquisição e/ou ajuda a pessoas e/ou Instituições de Solidariedade Social. É uma actividade com carácter de voluntariado.

Como todos os anos acontece esta actividade contou com a colaboração da Câmara Municipal de Penamacor.



SACA SONS

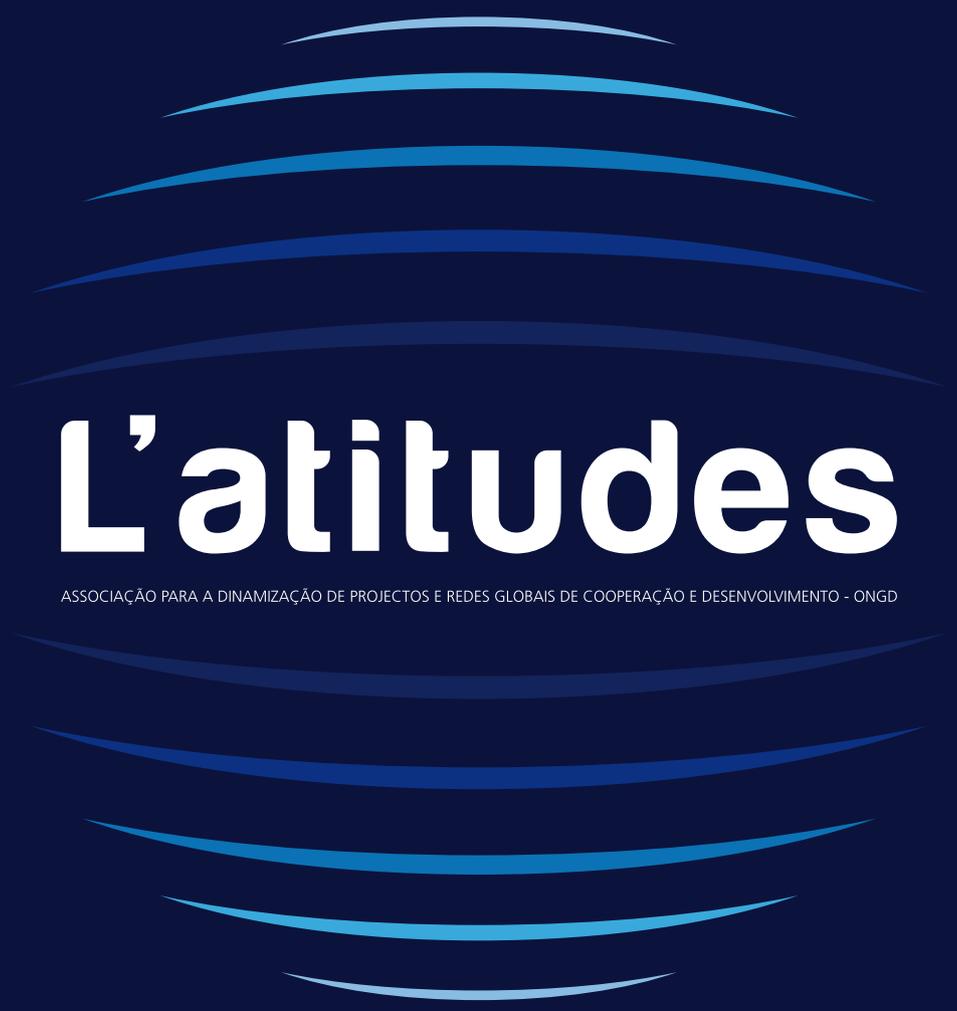
E O CONCERTO EM MALTA



Em nome de um objectivo maior que é a circulação do conhecimento, o reconhecer dos aspectos comuns nas comunidades europeias e a capacidade de trabalhar em conjunto, as cidades de Birgu (Malta), Évora (Portugal), Idanha-a-Nova (Portugal), Mértola (Portugal), Ourense (Espanha), Ravenna (Itália) e Sliven (Bulgária), unem-se num vasto programa europeu de cooperação e intercâmbio cultural denominado Oralidades.

Entre 2009 e 2011 foi estabelecido um programa regular entre todas as cidades da parceria, assente em: Circuitos, Encontros e Festivais das Músicas do Sul e de Música Antiga; Rede de Cidades da Tradição Oral, com contadores de Contos Populares, Grupos de Teatro e de Marionetas; Encontros de Especialistas no estudo da tradição oral; e a criação, em Évora, de um Centro de Recursos da Tradição Oral com uma plataforma digital on-line.

A tradição musical do concelho de Idanha-a-Nova tem-se revelado um dos pontos fortes no registo da música popular, contando-se entre as manifestações mais apreciadas neste âmbito do projecto, quer pela qualidade do reportório, quer ainda pela recuperação e valorização dos instrumentos tradicionais - é o caso da Zamburra, na Zebreira, um dos exemplos mais consistentes de intervenção sobre um elemento patrimonial quase esquecido, aqui representado pelo Saca Sons através da deslocação à ilha de Malta no dia 09 de Outubro para a realização de um concerto.



L'atitudes

ASSOCIAÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO DE PROJECTOS E REDES GLOBAIS DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - ONGD

Conhecer e servir

ONG - Cooperação para o Desenvolvimento em todas as l'atitudes.

- Concepção e elaboração de projectos de desenvolvimento
- Formação de agentes/animadores e técnicos
- Assistência técnica
- Mediadores no recrutamento de técnicos para os "PALOP"

L'atitudes, Cooperação e Desenvolvimento:
geral@latitudes-ongd.pt
latitudes-ongd@live.com.pt

Portugal – Angola – Brasil – Cabo Verde – Guiné Bissau –
Moçambique – S. Tomé e Príncipe – Timor

ATIRANDO
PEDRINHAS NA POÇA

(UMAS PEQUENINAS,
OUTRAS GRANDES,
UMAS SÉRIAS,
OUTRAS BRINCALHONAS)

Abel Cuncas



ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / PISTO E

Como diria o Herman... não havia necessidade! Até parece que nos querem ensinar inglês à pedrada... atiram-nos com cada “calhau”! Ah! Se as ovelhas aprendessem a falar... como seria fácil por a carneirada a deixar de dizer mééé, e todos os rebanhos da terra a berrar yesseeee!

Mas não... as modernas catapultas mediáticas lançam-nos cada bojarda! Ainda se fossem umas cunquinhas cá das nossas, redondinhas e polidas, a gente até nem se abespinhava tanto! Mas não... catrapuz... como não sabem muito bem que construção fazer com elas, arremessam-nos os pedregulhos para nos inibir, para nos condicionar, para nos convencer a abandonar as nossas velhas palavrinhas. Macaquinhos dos grandes palcos, querem convencer-nos que somos uns rustres, uns simplórios, uns ultrapassados, que não sabemos evoluir para a sociedade do conhecimento, para a nova realidade do tal EMPOWERMENT (cruzes canhoto, que o bicho deve ser medonho). Aqui pela BIS... não passarão!



NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

ONDAS CURTAS EUROPEIAS 03

Conferência europeia sobre o debate público lançado pelo comissário europeu da agricultura e do desenvolvimento rural, senhor Dacian Ciolos.

GRANDE TEMA 08

“... a tese de ter ou não filhos, para os que têm essa possibilidade pois infelizmente também muitos há que não a têm, integra-se numa temática mais vasta relacionada com azáfama quotidiana resultante da supracitada sociedade da pressa e da ambição. Entre as vítimas da sua acção, as crianças são um dos alvos por excelência. Frágeis e dependentes, sofrem horrores com as correrias dos pais e preferem os avós porque acompanham o seu passo, convertem-se em internados institucionais de colégios e infantários, voltam apressados aos lares, dormem de empreitada e amanhã tudo se repete.”

“Crianças... África as tem.

Se as crianças são o futuro... África, berço da humanidade na terra, está preparada para continuar a encher de vida este planeta.”

AO SABOR DA PENA 39

“Cuidar da requalificação do mundo rural, na perspectiva da sua reanimação e para um futuro de bem-estar, implica, na nossa perspectiva, assumir o desenvolvimento não como uma mera questão técnica, tecnológica ou administrativa, mas, essencialmente, como uma dinâmica social centrada nas potencialidades e oportunidades do próprio mundo rural e por ele recriadas.

Uma das suas principais riquezas, aquela que mais é capaz de projectar o futuro desses territórios, é a sua população infanto-juvenil.”

SENTIR A BEIRA 40

“Quanto às poucas crianças que temos, a escola contribui para que se desenraízem, pois quase se não abrem aos saberes fora dos uniformizados e teóricos programas definidos nos gabinetes centrais. Sim, onde estão as escolas parceiras do artesanato, das empresas, das autarquias e das associações de desenvolvimento local? Onde se origina e se partilham a massa crítica, a informação e os projectos de intervenção sobre o território e a acultura local? Onde está a formação dos jovens alunos, tornando-os mais intervenientes, enraizados e inseridos na tradição e cultura local?”

